Fernanda Sobreiro e Cruz

Mulheres em movimento:
Territorialidade, participação comunitária e práticas de resistência na Favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro (2007-2021)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau em Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio

Orientadora: Profa. Rachel Coutinho Marques da Silva

Rio de Janeiro,
Abril de 2022

Fernanda Sobreiro e Cruz

Mulheres em movimento: Territorialidade, participação comunitária e práticas de resistência na Favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro (2007-2021)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profª. Rachel Coutinho Marques da Silva
Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PUC-Rio

Profª. Rossana Brandão Tavares
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFF

Profª. Maíra Machado Martins
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2022

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Fernanda Sobreiro e Cruz

Graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2019. Participou do grupo de pesquisa intitulado "Urbanismo pelo avesso: práticas urbanísticas, inclusão social e autonomia em favelas cariocas".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Ficha Catalográfica

Cruz, Fernanda Sobreiro e

Mulheres em movimento : territorialidade, participação comunitária e práticas de resistência na Favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro (2007-2021) / Fernanda Sobreiro e Cruz ; orientadora: Rachel Coutinho Marques da Silva. – 2022.
101 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2022.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 2. Urbanismo. 3. Gênero. 4. Teoria feminista. 5. Práticas sociopolíticas de resistência. 6. Participação comunitária. I. Silva, Rachel Coutinho Marques da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

À todas as mulheres que buscam a construção de cidades mais justas, mesmo em tempos incertos: as que lutaram antes de mim, e as que me acompanham na luta pelos direitos que queremos chamar de nossos.

Agradecimentos

Realizar esta pesquisa em tempos de pandemia foi uma tarefa desafiadora e um tanto solitária. Aqui agradeço àqueles que tornaram esta dissertação possível, seja pela contribuição acadêmica, por compartilhar experiências pessoais ou apenas pelo apoio durante esta fase:

À minha orientadora profa. Dra. Rachel Coutinho Marques da Silva, por compartilhar seu vasto conhecimento e pelo carinho e atenção dedicados ao meu trabalho.

À PUC-Rio e à CAPES pelo fomento da pesquisa, na concessão da bolsa durante o período do mestrado. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio, pelo apoio durante o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço, em especial, ao prof. Dr. Fernando Espósito, pela paciência inesgotável com a nossa turma durante os pequenos surtos causados pelo período difícil da pandemia.

Às professoras da banca avaliadora, pela leitura cuidadosa deste trabalho.

Aos meus pais, Thaize e Almiro, a quem devo tudo e que sempre me apoiaram e incentivaram a ir em busca dos meus sonhos, mesmo quando eles não seguiram por seus passos. À minha irmã, Mariana, pela inspiração sempre.

Ao meu companheiro de vida, Thainan Castro, pelo amor que transborda, o carinho que não falha e o acolhimento nos momentos de desespero. Sem você eu não seria.

Aos meus colegas de turma, em especial aos queridos Milena Zainotte e Thorkil Xavier, pela amizade e pelo apoio durante todo o processo do mestrado. É uma honra poder chamá-los de amigos, e agora, mestres.

À todas as mulheres, as que lutaram antes de mim e as que continuam lutando pela conquista dos direitos que posso chamar de meus.

E por fim, agradeço imensamente às protagonistas desta pesquisa, as mulheres da Rocinha. Obrigada por compartilharem suas histórias comigo, e por confiarem em meu compromisso ao escrever este trabalho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Epígrafe

A merendeira desce, o ônibus sai
Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce
De madruga que as aranha desce no breu
E amantes ofegantes vão pro mundo de Morfeu
E o sol só vem depois
O sol só vem depois
É o astro rei, okay, mas vem depois
O sol só vem depois

Anunciado no latir dos cães, no cantar dos galos
Na calma das mães, que quer o rebento cem por cento
E diz "leva o documento, Sam"
Na São Paulo das manhã que tem lá seus Vietnã
Na vela que o vento apaga, afaga quando passa
A brasa dorme fria e só quem dança é a fumaça
Orvalho é o pranto dessa planta no sereno
A lua já 'tá no Japão, como esse mundo é pequeno
Farelos de um sonho bobinho que a luz contorna
Dar um tapa no quartinho, esse ano sai a reforma
O som das criança indo pra escola convence
O feijão germina no algodão, a vida sempre vence
Nuvens curiosas, como são
Se vestem de cabelo crespo, ancião
Caminham lento, lá pra cima, o firmamento
Pois no fundo ela se finge de neblina
Pra ver o amor dos dois mundos

(Ordem Natural das Coisas,
Emicida, 2019)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Resumo

Sobreiro e Cruz, Fernanda; Coutinho Marques da Silva, Rachel. Mulheres em movimento: Territorialidade, participação comunitária e práticas de resistência na Favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022. 97p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem por objetivo analisar a vida das mulheres moradoras da Favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, questionando quais são as formas e possibilidades de atuação e resistência face aos processos cotidianos de opressão e como o território influencia e muitas vezes delimita sua vivência diária. O estudo foi realizado a partir do ano de 2007, que marca o início do Programa de Aceleração do Crescimento-Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) do governo federal, até os dias atuais. O objeto de estudo é a *territorialidade feminina*, ou seja, a influência da mulher que, apesar da violência e da qui, molda o território estigmatizado da favela, que é considerado como não pertencente à cidade, e também sua resistência aos processos de opressão diários. Desta forma, esta dissertação visa analisar as ações femininas que reconfiguram o território da favela, através das *práticas de resistência* e da *participação* em coletivos políticos e ONGs. Como universo de análise, foi escolhida a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, pelo importante papel da mulher como ativista social e política desde o início do assentamento deste bairro, que conta com um longo histórico de mobilização comunitária e luta por direitos. A pesquisa utilizou procedimentos metodológicos dialéticos e indutivos, através da articulação de conceitos da teoria crítica feminista com a observação participante em reuniões de um grupo comunitário local da Rocinha. Como resultado, espera-se que a pesquisa ofereça contribuições, a partir da perspectiva de gênero, para a elaboração de políticas públicas, projetos e estratégias de urbanização de favelas que levem em consideração as questões das mulheres nestes territórios.

Palavras-chave

Urbanismo; gênero; teoria feminista; práticas sociopolíticas de resistência; participação comunitária.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Abstract

Sobreiro e Cruz, Fernanda; Coutinho Marques da Silva, Rachel (Advisor). Women on the move: Territoriality, local Community participation and resistance practices in Favela da Rocinha, in the city of Rio de Janeiro (2007-2021). Rio de Janeiro, 2022. XXp. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis aims to analyze the lives of women living in Favela da Rocinha, in the city of Rio de Janeiro, Brazil, questioning the ways and possibilities of acting and resisting the daily processes of oppression and how the territory influences and often delimits their daily experience. The study was carried out from the year of 2007, which marks the beginning of the federal government's Program for Accelerating Urban Growth-Urbanization of Precarious Settlements (PAC-UAP), to the present day. The object of this research is, then, women's territoriality, i. e., how women's deliberate actions and daily practices to resist oppression shape the stigmatized territory of the squatter settlement, despite violence and the absence of the State, which considers this territory as not belonging to the city. This thesis intends to analyze women's actions that reconfigure the favela's territory through resistance practices and participation in political collectives and NGOs. The favela Rocinha in Rio de Janeiro, was chosen as the universe of analysis for the important role of women as social and political activists since the beginning of the settlement of this neighborhood, which has a long history of community mobilization and fighting for rights. The research utilizes dialectical and inductive methodological procedures, through the articulation of concepts from feminist critical theory with participant observation in local group meetings in Rocinha. As a result, it is expected that the research will contribute from a gender perspective to the elaboration of public policies, projects and strategies for the upgrading projects of slums that take into account the issues of women in these territories.

Key words

Urbanism; gender; feminist theory; sociopolitical practices of resistance; community participation.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Sumário

1. Introdução 11

2. Sobre as bases da Teoria Feminista 22

3. Espaço urbano pela perspectiva de gênero 33

3.1 Um debate sobre os conceitos de território e territorialidade 33

3.2 Do direito à cidade... 37

3.3 ...ao direito da favela 42

4. Territorialidade Feminina: o poder configurador de território da mulher de favela 50

4.1 “Lata d’água na cabeça...”: a formação do território da Rocinha, pelo olhar da mulher 50

4.2 As práticas sociais como práticas políticas de resistência no espaço urbano 64

4.3 Mulher de favela, mulher da Rocinha 78

5. Considerações finais 86

6. Referências Bibliográficas 94

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Lista de Figuras

Figura 1: Crianças na Rocinha, 1986. 43

Figura 2: Dados sobre as ações solidárias presentes na Rocinha. 47

Figura 3: Dados sobre as lideranças femininas dentre as ações solidárias presentes na Rocinha. 48

Figura 4: Vista da Pedra da Gávea e parte do Maciço da Tijuca, do ponto de vista de onde hoje se encontra o bairro da Rocinha. 51

Figura 5: Imagem comparativa do bairro da Rocinha em agosto, 2021. 51

Figura 6: Planta do loteamento da fazenda Quebra Cangalha, realizado pela Companhia Castro Guidão, em 1920. 52

Figura 7: Fotografia do núcleo de moradias da favela da Rocinha, no jornal "Última Hora", 10 de dezembro de 1956. 54

Figura 8: Divisão dos sub-bairros na favela da Rocinha. 56

Figura 9: Campanha da Chapa 2 para a eleição da UPMMR na Rocinha, 1984. 57

Figura 10: À esquerda: Valão do Campo da Esperança, Rocinha, 1986. À direita: Lixeira na Rua 2, Rocinha, 1986. 58

Figura 11: Dados comparativos do abastecimento de água nos bairros da Rocinha, Gávea e São Conrado. 59

Figura 12: Meninos carregando balança d'água, próximo ao Túnel Dois Irmãos. 60

Figura 13: À esquerda: Chica da Rocinha no "Cantinho da Amizade", Rocinha 1984. À direita: Chica da Rocinha em frente à Ação Social Padre Anchieta, Rocinha, 1986. 62

Figura 14: Voluntários fazendo a entrega das doações durante a pandemia da COVID-19, na Rocinha em 2020. 71

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Figura 15: Capa da edição 11 do Jornal Fala Roça, dos meses de maio e junho de 2021. Fonte: Jornal Fala Roça, 2021. 73

Figura 16: Yolanda Demétrio ao lado de alunos no Espaço Aberto, na Rocinha, 2021. 78

Figura 17: Gráfico sobre violência no âmbito doméstico e familiar, retirado do Dossiê Mulher 2020, realizado pelo Instituto de Segurança Pública. 82

Figura 18: Dados da violência contra a mulher quanto ao local, na área da Rocinha no ano de 2019. Considerando todos os tipos de delito. 82

Figura 19: Dados da violência contra a mulher quanto à forma, na área da Rocinha, no ano de 2019. Considerando todos os tipos de delito. 83

Figura 20: Dados da violência contra a mulher quanto à relação entre vítima e agressor, na área da Rocinha, no ano de 2019. 83

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

1

Introdução

Em tempos atuais, se faz cada vez mais importante o estudo da história e do urbanismo pela ótica feminina já que a presença da mulher na constituição da cidade determina interpretações específicas no espaço urbano. Esta pesquisa de dissertação parte de questionamentos sobre como os processos espaciais que modelam a cidade revelam as desigualdades de gênero de um urbanismo baseado em ideais de uma sociedade profundamente patriarcal. O debate aqui proposto gira em torno de um estudo da *territorialidade feminina*: a conceituação deste termo, e uma análise de como a participação política e social da mulher em sua comunidade modifica o território, tomando como caso referência a favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro, no período durante e após o Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), desde o ano 2007 até os dias de hoje. O objetivo da dissertação é compreender a vivência cotidiana da mulher moradora da favela no Rio de Janeiro da atualidade, ou seja, compreender as maneiras com as quais o território influencia e muitas vezes delimita o cotidiano desta mulher periférica.

Embora nos últimos anos o número de pesquisas centradas no debate de gênero venha aumentando, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as reflexões no campo do urbanismo estejam comprometidas com a construção de cidades mais justas. Reconhecer, estudar e problematizar a experiência subjetiva das mulheres no espaço urbano é parte do papel do arquiteto urbanista, e se faz necessário trazer o tema ao ambiente acadêmico na esperança de que se torne redundante no futuro.

A cidade é a própria angústia feminina especializada, quando se mostra menos protetora do que qualquer coisa. O deslocar-se pela metrópole é extremamente hostil para o corpo feminino, até o transporte público pode se transformar em uma experiência perigosa, nos constantes assaltos e abusos que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

ocorrem com assustadora regularidade. A cidadania da mulher é mutilada, e ela fica impedida de se portar como deseja, seja por pressão ou por medo de ser violentada.

A violência sexual não se limita ao estupro, mas aborda todo tipo de intimidação com intenção sexual, como as "cantadas" de rua, os olhares maliciosos e os toques inadvertidos. Na lógica das cidades, a mulher que anda na rua ainda está fora do seu espaço. A ideia de que o masculino é dono do espaço público e o feminino do privado cria um ambiente no qual cabe ao homem o domínio sob o corpo feminino.

Em um país como o Brasil, onde os índices de violência contra a mulher são altíssimos, o assédio e o risco de estupro moldam o mapa urbano feminino. Segundo dados do Dossiê Mulher 2019, só no Rio de Janeiro foram registradas 128.322 vítimas de violência, tendo por base as ocorrências relacionadas a Lei Maria da Penha. Dos casos relatados, pelo menos 18,6% ocorreram em vias públicas. A insegurança é o maior empecilho para que as ruas sejam usadas de maneira igualitária, e acaba tendo consequências até para a saúde pública.

A cidade é o cenário social onde a mulher pode exprimir publicamente sua luta (Agrest, 2008). Se a mulher foi, até hoje, sistematicamente excluída das instituições de poder, ignorada em decisões que lhe dizem respeito em última instância destituída de seu próprio corpo, a cidade é o cenário primário onde se dá a luta feminina.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

1.1
Objeto de estudo e estudo de caso

O objeto de estudo é, então, a *territorialidade feminina*: a influência da mulher que, apesar da violência e da ausência planejada do Estado, molda o território estigmatizado da favela, que é tido como não pertencente à cidade, e a resistência aos processos de opressão diários que as moradoras da cidade informal enfrentam. Mulher e território fazem parte de uma relação ambivalente, onde ambos são fatores que influenciam na vivência e na construção da favela.

A escolha de estudar a questão de gênero na favela parte da constatação que este tema ainda tem sido pouco estudado no meio acadêmico, apesar de já ter uma importante literatura recente. A dissertação pretende demonstrar como a mulher em territórios conflagrados de favela tem sua voz calada pela sociedade patriarcal.

Tratar de favela no Brasil tem íntima associação com o tratar de raça: conforme dados do IBGE, em 2010, os negros formavam 76% dos mais pobres do país[1]. Segundo a intelectual e escritora feminista bell hooks[2] – a quem recorro para falar sobre o feminismo negro – existe uma especificidade na luta da mulher negra contra o patriarcado que coloca o reconhecimento da opressão racista como parte essencial da batalha feminista, e que muitas vezes é ignorado pelo feminismo branco:

> Se as mulheres brancas de classe média puderam fazer de seus interesses o foco principal do movimento feminista, empregando uma retórica que tornava sua condição sinônimo de opressão, isso ocorreu graças a seus privilégios de raça e classe social, em especial ao fato de viverem longe dos constrangimentos sexistas que vigoram no mundo das mulheres da classe trabalhadora. (hooks, 2019, p.34)

E se Angela Davis nos ensinou que "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela", dentro da favela a mulher é grande parte da engrenagem que faz esta comunidade funcionar. Ainda de acordo com o Censo 2010 do IBGE no Rio de Janeiro, percebe-se que a mulher é a chefe de família em mais de 50% dos domicílios, em um número significativo de aglomerados subnormais – as favelas. Na favela da Rocinha, na zona sul do Rio, por exemplo, este número é de 46,49%, embora a renda média destas mulheres seja mais de duzentos reais inferior à dos homens[3].

De acordo com Tavares (2015), é importante ressaltar que dados separados por gênero não são sequer levantados nos diagnósticos sociais que precedem a implementação de projetos sociais, de urbanização e moradia. Além disso,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

[1] Dados do IBGE, 2010. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/negros-aumentam-participacao-entre-os-1-mais-ricos-no-brasil. Acesso em: 28 de julho de 2020.

[2] bell hooks, em minúsculas, é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, autora, professora, teórica feminista e ativista social. O nome foi inspirado em sua avó materna e não leva maiúsculas para que o foco seja no conteúdo de sua escrita, e não sua identidade.

[3] Dados disponíveis no Sistema de Assentamentos de Baixa Renda, SABREN. Disponível em https://www.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540

Acesso em: 27 ago. 2020.

> (...) é fundamental destacar que o fato de as mulheres se tornarem chefes de família não necessariamente modifica a estrutura valorativa das relações de gênero. Pelo contrário, as mulheres são mais pressionadas a 'dar conta' de múltiplas responsabilidades agregadas. (Tavares, 2015, p.40)

No contexto da favela, as mulheres acabam residindo em áreas mais precárias e sujeitas ao risco ambiental, por serem áreas mais baratas (Tavares, 2015). E morar nestes locais mais vulneráveis vem acompanhado de um aumento na possibilidade de remoção.

A Rocinha, que a partir de 1993 é reconhecida oficialmente como bairro, segue ocupando o posto de maior favela do país, com aproximadamente 70.000 habitantes, segundo dados oficiais do IBGE 2010[4]. Este número, no entanto, pode não corresponder à realidade: organizações comunitárias dentro da favela estimam que a população residente seja em torno de 200.000, pois dizem que foram poucas as pessoas que receberam visitas dos recenseadores do Censo Demográfico de 2010[5]. A escolha da favela da Rocinha como estudo de caso se deu pelo importante papel da mulher como ativista social e política desde o início do assentamento deste bairro, que conta com um longo histórico de mobilização comunitária e luta por direitos. Desde os primeiros casebres elas estiveram na luta para melhorar a qualidade de vida na favela, atuando muitas vezes nos bastidores das Associações de Moradores, trabalhando nas creches e postos de saúde, mas também na preservação da memória da comunidade. É de se destacar o papel que exerceram e continuam a exercer na luta contra as remoções. A análise aqui proposta se inicia junto ao Programa de Aceleração do Crescimento-Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) do governo federal, que marcou um aumento no envolvimento comunitário dentro da favela[6].

No entanto, viver em um território onde o corpo está constantemente ameaçado não faz das mulheres da Rocinha apenas vítimas da cidade, mas

[4] Em 2017 o IBGE estimou em 100.000,00 habitantes a população da Rocinha.

[5] Segundo reportagem realizada pelo site G1, disponível em http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html Acesso em 27 ago. 2020.

[6] Segundo dados do grupo de pesquisa "Urbanismo pelo avesso: práticas urbanísticas, inclusão social e autonomia em favelas cariocas", coordenado pela professora Rachel Coutinho Marques da Silva. Este assunto será abordado no capítulo 3.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

justamente o contrário: a participação feminina na luta para reinventar a cidade e desafiar os limites da violência e do patriarcado é intensa e notável.

1.2
Objetivos gerais e específicos

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a vida da mulher moradora das favelas na cidade do Rio de Janeiro da atualidade; as maneiras com as quais o território influencia e muitas vezes delimita o cotidiano desta mulher marginalizada, além da relação contrária, quando a própria mulher é o fator que determina a reconfiguração do território, através da participação comunitária. Neste estudo discuto como a mulher vive em um lugar onde a violência é um dos principais fatores da lógica feminina de ocupação do espaço. Faço uma análise da influência da cidade e da favela na construção da vida da mulher no ambiente social marcado por profundas desigualdades econômicas e pela exclusão aos serviços, equipamentos e infraestrutura públicas, estudando as redes de relações entre mulheres, com a comunidade e com a cidade, a partir do pensamento do espaço como território de conflito. É importante ressaltar que o descaso do Estado faz parte de um projeto político, marcado tanto por uma ausência planejada (ao privar deliberadamente a favela do exercício pleno da cidadania) quanto por uma presença opressora (na forma da necropolítica[7]).

Busco entender a favela em suas peculiaridades pela perspectiva feminina: a perspectiva da dupla jornada de trabalho, do filho que se perde para o conflito armado ou para a insalubridade da vida na favela, da eventual necessidade de se entregar ao combate. Além disso, devido à carência de pesquisas acadêmicas no campo da arquitetura com este viés, outro objetivo deste trabalho é trazer suporte teórico para políticas públicas e estratégias de intervenção e urbanização de favelas e para se pensar em um urbanismo cada vez mais baseado na perspectiva de gênero.

[7] Necropolítica é a política de morte adotada pelo Estado como regra, segundo o teórico político camaronense Achille Mbembe, no livro Necropolítica, de 2011. É o processo de legitimação da morte, quando diferentes governos decidem quem pode viver e quem deve morrer, ligado intimamente ao capitalismo neoliberal. Para Mbembe, a necropolítica se dá pela destruição dos corpos e pela instrumentalização da vida, não apenas deixando morrer, mas ativamente causando a morte. A violência policial sistemática no Rio de Janeiro é um exemplo de necropolítica, pois tem como alvo a população pobre, moradora de favela e em sua maioria negra.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Mais especificamente, busquei compreender se existe uma espécie de *territorialização feminina*: a mulher tem poder configurador de território? E como se configura esta influência? O papel da mulher é multifacetado, é mais do que a visão patriarcal entende como "espaço feminino", se expandindo além do nível doméstico. A pesquisa analisa esta atribuição e as formas como esta possível *territorialização feminina* se dá quando a mulher precisa se adaptar às dificuldades da vida na favela. Outro objetivo que se mostra importante na pesquisa é a investigação da participação feminina dentro dos grupos comunitários, ONGs e coletivos atuantes no bairro.

1.3
Justificativa e relevância do tema

O debate já foi iniciado: já se fala em urbanismo sob a perspectiva de gênero em grandes instituições pelo mundo, dentro e fora do campo da arquitetura. Em 2010, a ONU criou a ONU Mulheres, para fortalecer os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres, focando em discussões como o empoderamento econômico feminino e o aumento da liderança e participação política. Um pouco antes, em 2006, o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro reconheceu a importância da catalogação dos dados da violência contra a mulher na cidade e, desde então, vem publicando anualmente o Dossiê Mulher, que expõe estes dados visando aumentar a atenção para a criação de políticas públicas de defesa das mulheres.

No campo da arquitetura e urbanismo na cidade do Rio de Janeiro, pesquisadoras como Berth (2018), Tavares (2015) e Abla (2017) trazem o pensamento crítico feminista ao centro da discussão e contribuem para este urbanismo que leva em conta a perspectiva de gênero. Em sua tese "Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o projeto urbanístico a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schutte-Lihotzky e Catherine Bauer" (2017), Abla fala sobre a produção de habitação social na visão de arquitetas como Carmen Portinho, salientando a importância da perspectiva feminina no projeto urbanístico. Berth, em seu livro *"O que é empoderamento?"* (2018) comenta a vivência da mulher negra, e como o racismo estrutural tem implicâncias na violência dentro da cidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Já a arquiteta e urbanista Rossana Tavares faz em sua tese *"Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero"* (2015) uma reflexão crítica sobre as contradições de gênero no espaço urbano, tomando a favela da Providência, uma das mais antigas da cidade, como caso de estudo. O trabalho analisa o urbanismo contemporâneo, que ainda é baseado nas premissas universalistas e heteronormativas, e propõe uma construção dialética de um urbanismo que interfira no espaço urbano a partir de questões de gênero.

A pesquisa no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio *"As recentes intervenções urbanas na Rocinha e a participação dos moradores neste processo: a experiência do grupo Rocinha Sem Fronteiras"* (Lima Neto, 2015) discute a importância das organizações comunitárias que demandam intervenções básicas de infraestrutura, tendo como caso de estudo um coletivo na favela da Rocinha. Ao acompanhar na forma de observação participativa o grupo comunitário Rocinha Sem Fronteiras, que há 9 anos se reúne em um espaço cedido por uma igreja dentro da Rocinha, o trabalho analisa a influência do coletivo que tem conseguido provocar discussões junto à população residente do bairro, políticos e autoridades públicas, em um espaço horizontal de diálogo.

Ainda no campo disciplinar do serviço social, a tese *"Mulher de favela: a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias no Rio de Janeiro"* (Nunes, 2015) tem como objeto central a *mulher de favela*, analisando através de quais mecanismos estas mulheres se constroem como sujeito político e atuam em seus territórios. Nesta pesquisa, se discute o conceito teórico desta *mulher de favela* como sendo coletivo por natureza, historicamente determinado a partir da década de 1990, e geograficamente circunscrito nos territórios de segregação socioespacial – as favelas. A partir de um debate que inclui a teoria feminista, o trabalho inclui depoimentos de 15 colaboradoras que encarnam este conceito principal, apontando para a solidariedade como valor ético central.

Sobre as políticas públicas para as mulheres, destaco os estudos da socióloga Marta Ferreira Santos Farah, no texto *"Gênero e políticas públicas"* (2004) no qual faz uma análise da incorporação das políticas de gênero no Brasil. Luciene Medeiros, no artigo *"Os contextos e o processo de inclusão das reivindicações dos movimentos de mulheres e feminista na agenda governamental"* (2018) analisa o contexto que contribuiu para a inclusão das pautas das mulheres na agenda de políticas públicas brasileira.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

No campo da geografia e da antropologia, autoras feministas já estão pesquisando sobre as relações entre o corpo feminino e o território. Cruz Hernández, antropóloga indígena mexicana se insere nesta discussão na América Latina com o artigo *"Uma mirada muy outra a los territórios-cuerpos femininos"* (2017). Colocando o corpo-território como uma categoria única de análise, Cruz Hernández foca na vida em comunidade e no corpo com ferramenta da luta feminina, assunto que tratarei com maior profundidade no capítulo 3.

1.4
Aporte teórico-metodológico

A metodologia desenvolvida nesta pesquisa, articula os conceitos e análises dos principais autores estudados com os dados cuidadosamente coletados em campo e nas atividades dos coletivos e ONGs da Rocinha nas redes sociais. Em uma primeira fase exploratória, construo o embasamento teórico que me acompanha ao longo do trabalho, articulando os autores mais consolidados no âmbito dos estudos urbanos com a teoria crítica feminista. Na fase de campo, explorei as *práticas sociopolíticas de resistência* e a *participação comunitária* no bairro da Rocinha, investigando o papel da mulher na configuração deste território, na posição de observadora participante. Foram realizadas entrevistas com 4 mulheres que exercem papéis de liderança na Rocinha, com a intenção de explorar quais são as ações práticas que as moradoras de favela, utilizam para reconfigurar o território. Foi elaborado um questionário estruturado para guiar estas entrevistas, sem a busca por coletar informações quantitativas ou sistematizadas. Deste questionário, destaco a pergunta "O que significa ser mulher no território da favela?", que teve a intenção de encontrar o que cada entrevistada destaca da relação com o território em sua própria jornada. Esta pesquisa etnográfica foi a parte mais importante do trabalho, onde de fato se aparecem os resultados e sua articulação com os conceitos estudados, que se refletem nas ações das mulheres da favela. É importante ressaltar que a pandemia da COVID-19 representa um fator limitante para uma pesquisa etnográfica em campo. Desta forma, o acompanhamento das discussões via redes sociais das ONGs e coletivos, *lives* e entrevistas foram realizadas de maneira remota, assim como parte das entrevistas com as lideranças comunitárias. Os resultados da pesquisa empírica serão apresentados no capítulo 4 e nas considerações finais da dissertação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

No sentido de analisar estes corpos em movimento na cidade ao longo desta dissertação destaco, primeiramente, meu ponto de partida: a teoria feminista. Com a intenção de estabelecer um diálogo que evite os argumentos androcêntricos nos quais ainda muito se baseia a produção acadêmica no urbanismo até hoje, me apoiarei na produção de estudiosas no movimento feminista, como a filósofa estadunidense Nancy Fraser (2006) e na socióloga brasileira Heleieth Saffioti (2004, 2013). Fraser vem para fundamentar o debate político feminista, enquanto Saffioti irá auxiliar na conceituação de gênero e no estudo da violência contra a mulher. Trago também a escritora bell hooks (1995, 2019) e a filósofa Sueli Carneiro (2003) – de quem pego emprestado o nome desta pesquisa – para tratar mais especificamente do pensamento feminista negro. Em busca de estabelecer uma base teórica para falar da relação das moradoras da favela com o ambiente construído, permeia esta dissertação a noção lefebvriana dos níveis e dimensões, em que o *habitar*, a criação de relações com a cidade, se dá no nível privado (Lefebvre, 2008, [1970]).

> "O ser humano não pode deixar de edificar e morar, ou seja, ter uma morada onde vive sem algo a mais (ou a menos) que ele próprio: sua relação com o possível como como o imaginário. (...) A casa e a linguagem são os dois aspectos complementares do 'ser humano'." (Lefebvre, 2008 [1970], p.79)

Para guiar esta pesquisa, escolhi analisar as *práticas sociopolíticas de resistência* e a *participação comunitária*, conduzindo um pensamento decolonial.

Dentro do tema da *participação comunitária*, elaboro a ideia de que estas mulheres configuram o espaço da favela a seu favor através de um fazer coletivo, mostrando assim a necessidade de um urbanismo que leve em conta as especificidades de gênero. Os processos participativos são aqueles em que as moradoras da favela se organizam para suprir a ausência do governo dentro do território; os mecanismos de defesa e organização usados para, apesar dos riscos e vulnerabilidade social aos quais estão submetidos os corpos favelados, criar um ambiente em que se possa viver e prosperar. Ao introduzir os conceitos de *redistribuição* e *reconhecimento* de Fraser, que tratam de injustiças econômicas, culturais e simbólicas e que falam sobre revalorização de identidades desrespeitadas (2006, p.232) inicio a problematização deste urbanismo fragmentado, que muitas vezes ignora diferenças de gênero e raça.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Sobre a análise das *práticas sociopolíticas de resistência* feminina nos processos políticos dentro da favela, ressalto as mulheres em posições de liderança nos coletivos e ONGs da Rocinha. A resistência levada ao nível político, no qual as mulheres se colocam diante dos problemas socioeconômicos do bairro e criticam a incoerência ou inexistência de políticas públicas que sirvam às suas necessidades. Neste sentido, como mulher branca e, partindo do princípio que as questões relacionadas à favela no Brasil têm forte ligação com raça, recorro à escritora feminista bell hooks que fala da luta da mulher negra em uma sociedade patriarcal e racista. No livro "Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra"[8] (2019), a autora traz a importância do discurso no ato de subjetivar-se, tornar-se sujeito. O conceito do empoderamento político que a fala pode garantir à mulher; o ato de levantar sua voz para deixar claros seus desejos e necessidades que liberta, por assim dizer, a persona política da mulher. Aqui exponho as maneiras como as mulheres da Rocinha erguem suas vozes para a construção de uma comunidade melhor.

Diante disto, posso afirmar que esta dissertação não se dividirá em parte teórica e parte empírica: não faço aqui apenas uma verificação de fatos, mas uma reflexão teórica baseada na subjetividade das experiências de pesquisadora e mulher feminista.

Nesse sentido, estruturo a dissertação em cinco capítulos. Após a introdução, o segundo capítulo propõe uma apresentação das bases da teoria feminista que irei articular. O feminismo como teoria crítica apresenta diversas ramificações e, com a intenção de elucidar meu posicionamento metodológico, surge a necessidade de dedicar algumas páginas à escolha dos caminhos que vou seguir.

No terceiro capítulo, "Espaço urbano pela perspectiva de gênero", apresento o conceito de direito à cidade, estudado por Lefebvre (2016 [1968]; 2008 [1970]), para discutir sobre as formas como as relações de poder na sociedade coíbem a ação e a construção feminina do espaço urbano. A partir dos conceitos de território e territorialidade, e junto ao pensamento decolonial, apresento a importância de aproximar a mulher de práticas sociais que estruturam o espaço urbano, sempre

[8] "Erguer a voz" é a tradução para o português do termo em inglês *talking back*. Existe uma dificuldade na tradução literal do termo que, em inglês, sugere o ato de responder a uma figura de autoridade, de ter a língua afiada, ou até mesmo de atrever-se a ter uma opinião.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

trazendo a questão do corpo como parte importante da compreensão feminina do lugar. A leitura do território em um diálogo com o emaranhado de histórias, questões, opiniões e vivências do corpo se mostra cada vez mais importante no pensamento que direciona as discussões de classe, raça e gênero.

Mais adiante, no capítulo intitulado "Territorialidade Feminina: o poder configurador de território da mulher de favela", apresento meu estudo de caso: a favela da Rocinha. Após um histórico da favela, traçado através de histórias de mulheres desde o surgimento da favela, apresento o poder configurador de território da mulher favelada. Associando as questões analisadas até aqui, mostro a espacialização das questões de gênero e as formas como a mulher se organiza apesar de um urbanismo que parece agir contra ela. Através de exemplos das práticas sociais e coletivos de mulheres presentes dentro da Rocinha, elaboro efetivamente o que chamo de territorialidade feminina.

Em uma nota positiva, faço as considerações finais desta dissertação focando nas possibilidades de se construir uma cidade mais justa, pautada na perspectiva de gênero.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

2

Sobre as bases da Teoria Feminista

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a teoria feminista, elucidando o posicionamento metodológico utilizado nesta pesquisa para conduzir a discussão, sempre pensando no recorte de gênero. O feminismo apresenta diversos caminhos teóricos a serem seguidos e, por este motivo, faço uma reflexão sobre a escolha do feminismo negro e interseccional para direcionar a abordagem daqui em diante.

Começamos com uma afirmação óbvia, porém necessária: a mulher contemporânea já não é a mesma daquela do início do século XX. O papel da mulher na sociedade ocidental vem mudando ao longo dos anos, mas não sem luta por território, demandas específicas do momento histórico e grandes mudanças no cenário político mundial. A efervescência militante que aparece de maneira cada vez mais constante na história ocidental desde o fim do século XIX introduz um protagonismo feminino nas lutas sociais que se torna o movimento feminista.

Desde o início das reflexões e debates que levaram às primeiras formulações da teoria crítica feminista, a imagem de uma ciência, que por séculos colocou as mulheres como inferiores e incapazes, foi desestabilizada. O feminismo se caracteriza como uma resistência das mulheres contra a condição de subalternidade. No entanto, apesar do cerne em comum, o pensamento feminista é múltiplo e apresenta ao longo dos anos diferentes análises sobre as facetas da opressão das mulheres.

Na Europa e nos Estados Unidos, as primeiras lutas reconhecidas como feministas foram aquelas inscritas no pensamento liberal, sobretudo aquelas ligadas ao movimento sufragista em fins do século XIX. O foco era derrubar obstáculos ligados à igualdade de gênero, como o direito ao voto e o direito à propriedade. Mais adiante, em meados do século XX, as teorias e os movimentos feministas e socialistas se encontram e dão início ao que se chama hoje de feminismo de segunda onda (Tavares, 2015), quando começaram a aparecer novas teorias feministas,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

incluindo pautas mais afinadas aos direitos civis, sexualidade, direitos reprodutivos e mercado de trabalho. O lema "o pessoal é político" dá força a movimentos sociais que evidenciam a fragilidade do modelo de produção fordista (Canto, 2012 *apud* Nunes, 2015, p.62).

No Brasil, contribuições importantes feitas no campo dos estudos de gênero vieram ao final da década de 1960 da socióloga paulista de base marxista Heleieth Saffioti. No livro "*A mulher na sociedade de classes*", publicado em 1967, Saffioti discorre sobre os mecanismos da sociedade patriarcal que insistem em mistificar os papéis de esposa e mãe como as únicas formas de realização pessoal, restringindo as aspirações e interesses das mulheres, e impondo barreiras à ascensão profissional (Tavares, 2015). A socióloga, assim como as feministas negras americanas, criticou um feminismo que considerava burguês, atendendo unicamente a uma classe dominante:

> "Como o conteúdo revolucionário da práxis feminista pequeno-burguesa é dado pelas aspirações de ascensão social alimentadas sobretudo pelos estratos inferiores das camadas intermediárias da sociedade de classes, num esforço de expansão estrutural do sistema, não chega a pôr em xeque os fundamentos do status quo." (Saffioti, 1967. In: hooks, 2019, p. 51)

Mais à frente, pela metade dos anos 1970, as feministas começam a dar atenção especial aos direitos sexuais da mulher e à criminalização do assédio e da violência sexual. Nesta terceira onda do feminismo, a agenda da saúde reprodutiva e sexual da mulher fica no centro das discussões, além da desmistificação do gênero enquanto categoria biológica e de críticas às narrativas de vitimização relacionadas à primeira e segunda ondas do movimento. Esse é o momento em que se reconhece de forma mais ampla a interseccionalidade dos fatores de vulnerabilidade das mulheres, com movimentos ligados à luta contra violência por raça, classe e sexualidade, por exemplo, ganhando força política.

No auge do regime militar brasileiro, as feministas começaram a se organizar em grupos e instituições que se baseavam na solidariedade, construindo assim uma identidade coletiva. Um dos exemplos da retomada do feminismo no Brasil foi o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), que surgiu em São Paulo no ano de 1975 por iniciativa de mulheres que tiveram seus familiares sequestrados, torturados ou assassinados pelo governo militar. O processo de redemocratização

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

foi de suma importância para que questões específicas de gênero ganhassem destaque na agenda das políticas públicas, no entanto, o movimento feminista brasileiro não deixou de se articular durante o regime de exceção militar.

As primeiras ondas do movimento feminista estiveram intimamente atreladas a uma visão universalizante de mulher focada no pensamento do norte global. Segundo Sueli Carneiro[9], "a consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica" (2003. In: Hollanda, 2019, p. 273) No entanto, é importante ressaltar que as feministas negras já faziam parte do movimento e já enxergavam sua luta também sob o prisma do racismo desde a primeira onda.

O *black feminism* (feminismo negro), que conta com o protagonismo de bell hooks, surge com as filósofas estadunidenses no contexto da segunda onda do feminismo, como uma resposta a uma prática feminista que estava focada em uma mudança apenas no âmbito pessoal. Até então o feminismo era um movimento associado à luta das mulheres brancas por direitos, que alienava pessoas de outras raças. Ao lado de hooks, ativistas do movimento negro como Audre Lorde e Angela Davis, participaram da produção do pensamento que buscava encorajar mulheres a desenvolver uma compreensão abrangente da realidade política feminina. As feministas negras americanas criticaram o modelo teórico que ignorava que patriarcado, racismo e luta de classes estavam entrelaçados em um mesmo sistema opressor. A partir deste pensamento, hooks sublinhou a importância de se criar paradigmas políticos que enfatizassem uma transformação coletiva que fosse estendida além da individual.

No Brasil, Sueli Carneiro descreve em seu texto de 2003, *"Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro"* o histórico das mulheres feministas negras, criticando a identidade branca e eurocêntrica associada ao movimento. Com a expressão *enegrecendo o feminismo*, Carneiro apresenta uma perspectiva que emerge da condição específica do ser mulher negra, e muitas vezes pobre, no Brasil.

> Essas óticas particulares vêm exigido, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades.

[9] Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, Sueli Carneiro é filósofa, educadora, escritora e uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil, com textos sobre o assunto datados desde o início da década de 1980.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

> Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade para as mulheres negras (...) (Carneiro, 2003. In: Hollanda, 2019, p.274)

Carneiro ressalta que as condições históricas do Brasil colonial, da exploração de negros e indígenas, deixam até hoje marcas de uma relação de "(...) coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular" (Carneiro, 2002 *apud* Nunes, 2015, p.69). Ao politizar as desigualdades de gênero o pensamento feminista transforma as mulheres em sujeitos políticos, e as feministas negras brasileiras, como Carneiro, vem aprofundar as particularidades subjacentes na luta de mulheres marginalizadas pela sociedade.

Sempre focada em não hierarquizar sistemas de opressão, neste trabalho, procuro me aproximar de feminismos que reconheçam a diversidade e as desigualdades existentes entre as mulheres, e ressaltar que a construção da cidadania para mulheres não brancas, pobres e marginalizadas traz considerações específicas a serem observadas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Gênero, um conceito em disputa

Em primeiro lugar, tomo um instante para notar que, se incluo nesta dissertação uma seção sobre o conceito de gênero, é por reconhecer que no campo da Arquitetura e Urbanismo ainda há necessidade de se estabelecer os parâmetros com os quais trabalhamos ao discutir este tema. É importante questionar a razão pela qual ainda é preciso iniciar uma conversa sobre urbanismo com perspectiva de gênero com a definição *do que é gênero*, enquanto outras disciplinas como as ciências sociais e a geografia já se encontram inseridas no assunto.

Para iniciar a discussão, ressalto que devemos ultrapassar a proposta de que para compreender o papel da mulher é necessária sempre uma informação sobre os homens: que o estudo de um implica o estudo do outro. Joan Scott (1986) chama atenção para um uso descritivo do termo "gênero" que é sinônimo de "mulheres", quando livros e artigos que estudavam a história das mulheres começaram a substituir o título de suas pesquisas para evocar a seriedade dos trabalhos. A eventual referência vaga a conceitos analíticos em nada altera o vazio deste uso do termo: apenas um indicador de uma erudição que insiste em deixar a parte lesada essencialmente invisível.

Scott, assumidamente pós-estruturalista, faz uma análise do tratar de gênero pela perspectiva de diversos braços do feminismo ao longo dos anos em seu notável artigo "*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*", publicado originalmente em 1986. A necessidade da teoria feminista em diferenciar sexo – uma questão biológica – e gênero – a interpretação cultural e variável, que vem da identidade do próprio indivíduo – convoca uma reformulação da "mulher" como categoria de análise. A insuficiência ontológica do termo, dada a multiplicidade que o signo representa, reivindica um novo olhar para o universo feminista. As preocupações teóricas relativas ao gênero só apareceram a partir do final do século XX (Scott, 1986). Ainda ficava de fora das análises históricas a ideia de gênero como meio de falar de um sistema de relações sociais.

> "O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens" (Scott, 1986. In: Hollanda, 2019, p.65)

Para Scott, aliando a crítica da ciência desenvolvida pelas ciências humanas a questões do empiricismo e humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, temos o espaço perfeito para articular o gênero como categoria de análise.

> "Só podemos escrever a história desse processo, se reconhecermos que "homem" e "mulher" são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda em si definições alternativas, negadas ou reprimidas." (Scott, 1986. In: Hollanda, 2019, p.75)

Quando vemos uma pessoa pela primeira vez, é automática a atitude de lhe atribuir um gênero: as predefinições da sociedade heteronormativa com relação ao feminino e ao masculino criam o conjunto de regras com as quais, em grande parte das vezes, nos sentimos com o direito de determinar um gênero, mesmo sem qualquer confirmação quanto à identidade do sujeito.

Judith Butler, crítica e filósofa americana, versa notoriamente sobre as maneiras com as quais ideais de gênero retificados e naturalizados são entendidos como construções sociais, podendo assim tomar diversas formas (1998). Butler defende que os gêneros são instituídos pela *estilização do corpo*: inseridos na

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

sociedade, os corpos participam de um processo de movimentos e ações que criam a ilusão de um *eu* atribuído de gênero (Butler, 1998). As bases da identidade de gênero estão ligadas a construções sociais e à repetição de atos exaltados pela sociedade como a "essência" de um ou outro gênero, fato que acaba por punir aqueles que falham em cumprir corretamente o papel que lhes é atribuído pelo patriarcado tradicional.

> "Quando Simone de Beauvoir diz que 'não se nasce mulher, torna-se', ela se apropria e reinterpreta essa doutrina fenomenológica dos atos de formação. Nesse sentido, um gênero não é de forma alguma uma identidade estável do qual diferentes ações acontecem, nem seu lugar de agência; mas uma identidade tenuamente constituída no tempo – identidade instituída por meio de uma *repetição estilizada de certos atos*." (Butler, 1998. In: Hollanda, 2019, p.219, grifo da autora)

Se a teoria feminista está constantemente criticando ideias naturalistas que delegam à mulher papeis sociais derivados de seus atributos fisiológicos e experiências sociais, a sociedade patriarcal teima em colocar estes padrões em uso. Butler articula o pensamento de Beauvoir com o do filósofo Maurice Merleau-Ponty, ao passo em que ambos colocam o corpo como algo histórico e não "natural" – sem deixar de assumir que há momentos em que as variantes biológicas da experiência corporal proporcionam impactos diferentes nestes corpos, como no caso da violência contra a mulher, que toma proporções cada vez mais exorbitantes nas metrópoles pelo mundo.

> "Tanto para Beauvoir quanto para Merleau-Ponty, o corpo é um processo ativo de incorporação de certas possibilidades culturais e históricas – um processo de apropriação complexo com o qual toda teoria fenomenológica de incorporação precisa lidar. Para descrever o corpo atribuído de gênero, as teorias fenomenológicas sobre formação precisam expandir a visão tradicional sobre a ação, propondo que todo ato produz significados a mesmo tempo que performa esses significados" (Butler, 1998, In: Hollanda, 2019. P. 214)

O corpo está imerso no mundo antes mesmo de ser capaz se reconhecer corpo: nas palavras de Michel Foucault em O Corpo Utópico (2013), "meu corpo é o lugar irremediável a que estou condenado". É em relação ao corpo que todas as coisas estão dispostas, e não é possível conceber um não-corpo. Quando Butler afirma que "as pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos – essa diferença de ser e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

fazer é fundamental" (1998), a autora quer ressaltar que o corpo não é apenas matéria, mas é também materialização contínua das possibilidades e estímulos históricos. Ao mesmo tempo que carrega historicidade, o corpo é em si uma reprodução de uma situação histórica. Isto porque o corpo não é apenas um recipiente que se completa passivamente com determinações sociais e marcas da história, embora esteja, de certa maneira, limitado pelas possibilidades do tempo em que está inserido.

Butler insiste em compreender as maneiras com as quais o gênero é atribuído a um corpo: "minha sugestão: os corpos são transformados em gêneros por uma série de atos que são renovados, revisados e consolidados através do tempo" (1998). Gênero é então, um ato corporal intencionalmente performático, parte de como o sujeito age, mas também algo que de certo modo, age pelo sujeito.

> "Quem somos 'nós', assim, encerrados em corpos sexuados, construídos enquanto natureza, passageiros de identidades fictícias, construídas em condutas mais ou menos ordenadas? Quem sou eu, marcada pelo feminino, representada enquanto mulher, cujas práticas não cessam de apontar para as falhas, os abismos identitários contidos na própria dinâmica do ser?" (Swain, 2002, p. 327)

Neste fragmento do trabalho intitulado "*Identidade Nômade: Heterotopias de mim"* (2002), a historiadora feminista Tânia Navarro Swain desestabiliza a naturalização da identidade sexual sempre em conjunto com o corpo biológico. Uma desvalorização do que vem do corpo feminino, seja ele de nascença ou por identificação de gênero, reforça o controle do patriarcado. As regras da sociedade ocidental, enraizadas no poder masculino, tornam a experiência do território pelo corpo feminino uma experiência de medo e submissão.

Como, então, se comprometer a estudar a arquitetura e o urbanismo sob a perspectiva de gênero, sem recair em uma discussão simplista do homem como a antítese da mulher? Em minha opinião – e na de Joan Scott, eu imagino – trazer exaustivamente o gênero como categoria importante de análise nas pesquisas acadêmicas é um ótimo começo.

Quebra da neutralidade científica

A naturalização das diferenças entre sexos é uma concepção recente em nosso modelo social, concebida aos fins do século XVIII (Cavalcanti, 2009). Até então, a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

ideia da superioridade do corpo do homem, que era tido como perfeito, imperava na visão do "corpo ideal". Segundo Thomas Laqueur (2001) na polis da antiga Grécia, era considerado cidadão apenas o homem livre, nascido ateniense e com poder aquisitivo, e cabia a estes tomar todas as decisões políticas e econômicas. Neste modelo de sociedade, estrangeiros, escravos e mulheres ficavam às margens, sem qualquer direito à cidadania. Desde então, nossa construção de cidade vem repetindo este padrão com as minorias[10], impedindo o direito à cidadania plena e enfraquecendo cada vez mais a autonomia destes grupos, como no caso das mulheres.

Quando se fala de arquitetura, as bases do nosso sistema advêm de um modelo antropomorfista masculino desde Vitrúvio. Como expõe a teórica e professora de arquitetura Diana Agrest (2008) a relação formal entre o corpo do homem e arquitetura sempre foram formadoras de regras: em Vitrúvio nasce a noção logocentrista que fala de simetria entre corpo e objeto arquitetônico, baseada sempre nas proporções do corpo masculino, em detrimento do feminino. Esta relação se perpetuou em textos do Renascimento, na incorporação do corpo do homem como um análogo a elementos arquitetônicos, e se estende até o modernismo, no *Modulor*[11] de Le Corbusier, por exemplo.

E o modus operandi com bases gregas e modernistas de se construir cidades continua firme e forte em uma sociedade patriarcal capitalista e imperialista de supremacia branca – o *sistema* do qual tanto fala bell hooks. Aliás, a importância de se estudar a perspectiva de gênero dentro da arquitetura vem nas palavras dela mesma: é preciso lembrar, enquanto pensamos criticamente sobre dominação, que todos nós temos capacidade de agir de maneiras que oprimem e dominam, seja este poder institucionalizado ou não (hooks, 2019). Pego emprestada a citação:

> "Compreendo que bem aqui, neste recinto, oprimidos e opressores compartilham do mesmo gênero. Bem agora, enquanto eu falo, um homem que é vitimado, ferido, machucado pelo racismo e pela exploração de classe está ativamente dominando uma mulher em sua

[10] O conceito de minorias neste trabalho é utilizado não no sentido literal, de minorias quantitativas, mas das minorias sociopolíticas, aquelas que sofrem estigmatização, descriminação e desigualdade sistemáticas dentro da sociedade capitalista.

[11] O *Modulor* foi um sistema regulador de medidas da escala humana criado pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier. O arquiteto passou a referenciar medidas modulares baseadas nas proporções do homem médio francês de 1,75m e, posteriormente, 1,83m de altura.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

> vida; mesmo enquanto eu falo, mulheres também exploradas, vitimadas, estão explorando crianças.” (hooks, 2019, p. 60)

Para bell hooks, o machismo, diferente de outras formas de dominação, determina relações de poder diretamente na vida privada, no contexto mais íntimo das relações familiares e da casa. Em geral, é dentro da família que se testemunha primeiro a dominação coerciva e se aprende a aceita-la, seja a dominação de pai/mãe sobre a criança, seja a do homem sobre a mulher (hooks, 2019). O pensamento de hooks é pautado em bases marxistas e, para ela, machismo, racismo e exploração de classe constituem sistemas interligados de dominação. Sexo, raça e classe juntos determinam a natureza da identidade, do status e da circunstância da mulher, e o grau com que ela terá ou não poder para dominar.

Scott, no entanto, argumenta de maneira diferente:

> “A ladainha ‘classe, raça e gênero’ sugere uma paridade entre os três termos que, na realidade, não existe. Enquanto a categoria de ‘classe’ está baseada na complexa teoria de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de ‘raça’ e ‘gênero’ não veiculam tais associações. (...) Não existe este tipo de clareza ou coerência para a categoria de ‘raça’ nem para a de ‘gênero’. (Scott, 1986. In: Hollanda, 2019, p. 51)

Em minhas conclusões e estudos pessoais, decido por tomar sempre como verdade a seguinte máxima: *A luta feminista nunca pode ser mais importante do que a luta antirracista.* Estas andam lado a lado. Quebrar a noção de “neutralidade científica” é necessário, compreendendo que a própria sociedade (patriarcal capitalista e imperialista de supremacia branca) nos faz opressoras e oprimidas simultaneamente, e que um trabalho “neutro” nas ciências humanas, como o urbanismo, é essencialmente impossível, dado que as pesquisas acadêmicas estão longe de estarem imparciais perante nossos objetivos e ideologias. Atrevo-me a afirmar que qualquer trabalho que se proponha “neutro”, muito provavelmente está partindo de um saber acadêmico baseado em princípios patriarcais. Acompanhando o pensamento de feministas como hooks e Saffioti, e nesta pesquisa considero essencial compreender que a dominação patriarcal compartilha uma base ideológica com outras opressões de grupo, como o racismo, e enquanto o sistema como um todo permanecer firme, não há chances de erradicar o machismo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Erguer a voz: o poder que vem da fala

Nascida em 1952 em Hopkinsville, Kentucky, bell hooks passou sua infância e adolescência inserida na cultura da comunidade negra do sul dos Estados Unidos, em uma época em que falar sem ser convidada era um ato de risco e ousadia. Atrever-se a discutir, discordar ou simplesmente ter uma opinião não era um luxo dado a crianças pequenas, especialmente meninas, na educação à moda antiga que recebeu de seus pais. Entre as mulheres adultas, no entanto, a conversa corria solta. Se os homens negros dominavam o espaço da pregação nas igrejas, era no lar que as mulheres mostravam sua força, estabelecendo as regras cotidianas do viver e agir, travando discussões acaloradas e poéticas (hooks, 2019).

> "Foi nesse mundo de falas de mulheres, de conversas barulhentas, palavras irritadas, mulheres com línguas rápidas e afiadas, línguas doces e macias, tocando nosso mundo com suas palavras, que eu fiz da fala meu direito inato – e o direito à voz, à autoridade, um privilégio que não me seria negado." (hooks, 2019, p.33)

Se sentindo estimulada pela fala das mulheres de sua família, a pequena hooks frequentemente recebia punições por se intrometer nos colóquios de adultos, aos quais ela não fora convidada; as falas de uma menina deveriam expressar corretamente a "feminilidade" e não havia lugar para uma menina falante e argumentativa. Florescia em bell hooks o gosto pelo discurso, pela fala que ajuda a afirmar o direito de cada pessoa dentro da sociedade, e junto dele a desconcertante realização de que as vozes femininas que ousassem denunciar algum tipo de opressão corriam risco de ser punidas (hooks, 2019). O *diálogo* – fala compartilhada e reconhecimento mútuo – não acontecia entre mãe e criança ou entre mãe e figura masculina de autoridade. Ao longo dos anos e de sua escrita, a autora versa sobre a solidão que sente como mulher negra, muitas vezes encontrando este diálogo apenas com outras mulheres negras, dentro e fora do contexto acadêmico.

"Erguer a voz" (do original *Talking Back*, de 1989) surge como título do livro que reúne uma série de ensaios que discutem a posição feminina dentro de uma sociedade que insiste em calar as mulheres. A expressão em português falha em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

demonstrar o aspecto desafiador do termo escolhido por hooks: o *phrasal verb*[12] "*talk back*" sugere uma quebra de hierarquia, uma provocação de alguém que sabe não ter permissão para demonstrar sua opinião a uma autoridade, mas que o faz a despeito de qualquer punição. Com sua narrativa que mais parece uma conversa, hooks tece sua argumentação deixando clara a intenção de desnaturalizar regimes de poder, e convocar uma autorreflexão no leitor em relação à participação de cada indivíduo na luta coletiva contra o *sistema*. O exercício de auto-recuperação proposto por ela destaca a importância da capacidade não apenas de denunciar o outro, mas de se dobrar sobre si mesmo e avaliar o próprio comportamento que por vezes perpetua as posições de poder.

Embora os estudos de bell hooks sejam sempre pessoais, permeados pelas histórias de sua própria trajetória, a autora usa o conceito de *erguer a voz* como uma metáfora para um ser que se transforma de objeto para sujeito. Nosso ser reside nas palavras, se efetiva na linguagem e na comunicação; o sujeito se autodefine, impondo limites para afirmar sua própria existência por meio da voz (hooks, 1995).

Trago o conceito para esta pesquisa pois acredito que as mulheres das favelas cariocas aprendem a se comunicar pelo mesmo caminho que bell hooks percorreu ao longo de sua vida: reconhecendo o poder que vem da fala, de se colocar na sociedade e de ousar discordar e gritar por seus direitos, de se descobrir politicamente e buscar ativamente por justiça.

> "Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento." (hooks, 2019, p.39)

A voz liberta.

[12] Os *phrasal verbs*, recurso linguístico muito utilizado na língua inglesa, não tem tradução literal para o português. São formados por um verbo acrescido, em geral, de uma preposição, advérbio ou palavra de outra classe gramatical.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

3

Espaço urbano pela perspectiva de gênero

Este capítulo pretende analisar o espaço urbano dominado pela lógica capitalista, para discutir as relações de poder na sociedade e como estas limitam a participação da mulher no âmbito político e social. Aqui apresento uma discussão sobre os conceitos de território e territorialidade, afim de me aproximar do conceito de *territorialidade feminina* proposto ao final do capítulo. Além disso, faço uma revisão do conceito de direito à cidade associado ao direito da favela, afim de construir um histórico da segregação social no Brasil e no Rio de Janeiro.

A abordagem teórica está fundamentada no debate dos seguintes autores: Rogério Haesbaert (2020; 2014, 2007), Delmy Tânia Cruz Hernández (2017), Henri Lefebvre (2016 [1968]; 2008 [1970]), David Harvey (2005; 2008), Nancy Fraser (2006), Lima Neto (2015), Coutinho (2022), dentro outros.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

3.1
Um debate sobre os conceitos de território e territorialidade

> (...) se o território é construído na luta, no embate diante de uma ameaça – que, no extremo, é a ameaça à própria existência, frente à qual é preciso resistir – ele também é construído na luta por manter, por preservar a vida que se tem. (Haesbaert, 2020, p. 87)

Para o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, falar de território sempre estará ligado à noção de poder. Esta noção pode se dar em um sentido mais explícito, de dominação e do poder político, ou implícito, de apropriação do espaço. A problemática territorial está intimamente associada à produção do espaço, às nuances de um território que se configura em torno destas relações de poder. Na sociedade ocidental o sistema (patriarcal capitalista e imperialista de supremacia branca) tem a capacidade de reprimir os corpos dentro da cidade, ainda mais quando

se coloca o fator de raça, classe, orientação sexual, e outras características formadoras de minorias políticas.

Ao discutir o conceito de território, Haesbaert defende que desde sua origem o termo já nasce com uma dupla conotação – material e simbólica – que diz respeito a dominação jurídico-política da terra e a inspiração do medo, em especial aos grupos minoritários que, com este controle, acabam excluídos ou impedidos de entrar na terra. Por outro lado, o território pode inspirar a identificação e apropriação àqueles que podem usufruir de privilégios dentro dele (Haesbaert, 2007).

A dimensão material, ou funcional, do território perpassa desde o poder do Estado até a relação com os recursos naturais, e os interesses da sociedade dominante e pode ser exemplificado pelos processos de dominação, territórios da desigualdade, e pelo uso território como valor de troca, como um recurso para o controle (Haesbaert, 2007). A dominância simbólica pode ser entendida como o território em uma escala de afeto, com um valor de lar, abrigo, que por vezes traz sensação de segurança. É nesta escala que se mostram os aspectos culturais da sociedade, que une os indivíduos em volta dos símbolos que marcam seus costumes.

> A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência dos grupos subalternos, especialmente os povos originários. (Haesbaert, 2020, p. 76)

O território é complexo e múltiplo nesta fluidez entre as relações de dominação e apropriação simbólica, embora a lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado, esteja sempre reproduzindo um território unifuncional (Haesbaert, 2007). A dinâmica do capitalismo está sempre valorizando o poder da dimensão material do território em detrimento da apropriação afetiva dele, no processo contínuo que são as relações sociais e a formação da própria sociedade.

Com a preocupação de diferenciar território do conceito de territorialidade, Haesbaert ressalta que o segundo tem um papel cada vez mais relevante: a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

territorialidade vai além da dimensão simbólico-cultural de um território. Nas palavras do geógrafo, vale a longa citação:

> A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas "algo abstrato", num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado como no conhecido exemplo da "Terra Prometida" dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente. (Haesbaert, 2007, p. 25)

Um território sem territorialidade é impossível. Mas a territorialidade vai além do espaço físico, e pode ter uma dimensão imaterial que é carregada por diferentes gerações de um grupo de pessoas e deixa suas marcas na civilização. Esta territorialidade traz, então, um sentido ontológico imaterial, de uma comunidade com identidade territorial: se distancia de um conceito material e concreto para trazer o âmbito abstrato da condição da existência do território. Esta condição que prevê que a dimensão simbólica ou "vivida" do território tenha um grande peso na sociedade (Haesbaert, 2007).

Corpo-Território Feminino: uma aproximação da vivência feminina no espaço

A leitura do território em um diálogo com o emaranhado de histórias, questões, opiniões e vivências do corpo se mostra cada vez mais importante no pensamento decolonial que direciona as discussões de classe, raça e gênero.

A questão do corpo e do território como categorias separadas já foram exaustivamente debatidas por autoras feministas em todo o mundo. O ato de observar o espaço a partir da experiência corporal vem tomando espaço nas investigações acadêmicas nas últimas décadas, especialmente no âmbito da geografia, a exemplo de Linda McDowell (1999) e Gillian Rose (1993). A antropóloga indígena mexicana Delmy Tania Cruz Hernández se destaca destas geógrafas ao questionar o espaço como um lugar neutro: "se os corpos não são todos iguais, e incluindo as discussões de gênero e raça que o imaginário coletivo impõe, que lugar ocupam os corpos das mulheres no território?" (Cruz Hernández, 2017. P. 40) O espaço, que é sempre construído socialmente, imbuído de territorialidade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

e baseado nas relações de poder, traz um referencial patriarcal no qual as mulheres não estão incluídas.

O *corpo-território* vem sendo estudado na geografia latino-americana como ferramenta de luta, em associação a movimentos sociais e suas identidades (Haesbaert, 2020). Cruz Hernández afirma que este termo vem de estudos feitos por mulheres latinas de povos originários, que vivem em comunidade. Esta discussão, do *corpo-território*, coloca a vida comunitária no centro como parte importante da formação da sociedade. Além disso, a ênfase na escala mais íntima, do corpo, ajuda a compreender este como o primeiro território da luta feminina. Ao entrar na corrente de pensamento decolonial, as feministas da América Latina sinalizam a falta de uma visão de gênero, e concluem que, para entender como pensar e defender o território feminino, é necessário compreender o processo histórico do patriarcado (Cruz Hernández, 2017).

> (...) consideramos que o corpo feminino e de outros grupos dissidentes revelam a concretude de inúmeras outras escalas de opressões, de resistências: família, praça pública, comunidade, bairro, organização social, território indígena, etc. O relacionamento entre corpo e essas outras escalas gera uma dialética poderosa entre nossa existência e as relações que a ligam aos territórios que habitamos. (Cruz Hernández, 2017, p. 43)

No espaço urbano se encontram conflitos e tensões, fortalecidos pelas relações de poder da sociedade, onde o pensamento hierárquico masculino delimita o *corpo-território* feminino. O mecanismo que entrelaça poder e sexo contribui para a naturalização de uma diferença política entre homens e mulheres, propiciando o surgimento de uma lógica perversa inerente ao próprio capitalismo. O corpo feminino é continuamente constrangido a uma espécie de "negociação" com o poder, que em geral se encontra em mãos masculinas.

A violência, que aumenta cada vez mais nestes espaços predominantemente masculinos, contribui para que mais mulheres participem da luta contra a opressão patriarcal, especialmente as mulheres vinculadas à vivência comunitária dos povos originários (Haesbaert, 2020). O debate proposto pelas mulheres latino-americanas ganha um novo sentido quando colocado nos centros de cidades brasileiras, onde a lógica capitalista é determinante na forma como o território é ocupado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Este padrão de luta contra a opressão pode ser reconhecido também nos assentamentos informais por todo o Brasil, nos quais grupos comunitários locais, coletivos e ONGs de mulheres estão crescendo em atuação para melhorar a qualidade de vida do território onde vivem.

3.2
Do direito à cidade...

O materialismo histórico pautou uma série de críticas à sociedade pós-industrial à luz das elaborações de Karl Marx sobre os conflitos e lutas baseados nas diferenças de classe. Henri Lefebvre (1901-1991), filósofo e sociólogo francês, entra em cena com abordagens marxistas que aproximam o pensamento materialista a debates contemporâneos, produzindo reflexões que entrelaçam a estrutura capitalista com o *fenômeno urbano*. Precursor na discussão sobre a noção de direito à cidade, Lefebvre publica em 1968 seus estudos primeiros sobre a cidade como espaço não apenas construído, mas também formado por um conjunto de hábitos e manifestações revelam uma realidade social. Para Lefebvre, a cidade, que já tinha uma poderosa realidade antes mesmo do processo de industrialização (Lefebvre, 2016 [1968]), já não figura como produto da indústria, mas se alimenta dela. A sociedade urbana é um termo cunhado por Lefebvre para designar a sociedade pós-industrial, a que nasce da industrialização e a sucede, e que é fortemente moldada pelos interesses da indústria.

Este espaço vai além do meio físico em um *fenômeno urbano* que não é apenas uma "projeção das relações sociais, mas lugar e terreno onde as estratégias se confrontam" (Lefebvre, 2008 [1970], p.83). O espaço urbano é o lugar dos encontros e da troca, da luta por direitos e do lazer, é lugar de exercer cidadania.

A lógica capitalista industrial e o Estado são aliados em um modo de produção do espaço que gera desigualdades sociais profundas (Harvey, 2005); a cidade se torna palco de lutas sociais. O direito à cidade envolve uma compreensão de que este espaço urbano é desigual não apenas em relação à terra, mas também ao *viver na cidade*, participar e se apropriar dela, ao direito à cidadania.

> Retoma-se a concepção do direito à cidade, conforme enunciada na década de 1960 por Lefebvre, envolvendo não só o direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida, mas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

> também o direito à criação, à atividade participante e à apropriação da cidade, que influenciou desde o processo de redemocratização pós-ditadura até os dias atuais. (Vigário et al, 2020, p.311)

Aqui retomo o pensamento das feministas latino-americanas, pelo olhar de Cruz Hernández, quando esta ressalta que o *corpo-território* feminino revela diversas escalas de opressão: a mulher na sociedade patriarcal vive à margem do direito à cidade, pois não tem liberdade plena ao se expressar social e politicamente dentro de uma lógica de produção do espaço capitalista que aprofunda sistematicamente as desigualdades sociais e de gênero. O direito à cidade, que segundo David Harvey é um "direito comum antes de individual, já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização" (Harvey, 2008, p. 74) está presente também nos discursos das teóricas feministas (como Cruz Hernández e hooks) que priorizam a transformação coletiva em detrimento da individual.

Ainda traçando diálogo com teorias marxistas – que se aproximam do materialismo histórico, mas o ultrapassam de forma a abarcar interpretações contemporâneas das lutas travadas como parte do fenômeno urbano – busco dentre um grande arcabouço teórico sobre justiça social aquela que, em minha opinião, e de outras autoras já mencionadas como Rossana Tavares, compreende a diversidade da sociedade contemporânea.

A filósofa feminista norte-americana Nancy Fraser (2006) é referência no debate internacional sobre gênero e justiça social. Em sua teoria, Fraser revisa modelos de justiça social modernos, criticando principalmente aqueles que se baseiam apenas em pensar problemas da ordem econômica e material. A autora defende que as demandas pelo "reconhecimento da diferença", recentes na sociedade contemporânea, são parte da mudança para um momento que ela chama de era "pós-socialista". Neste momento, a tradição marxista que coloca a consciência de classe como o centro das discussões políticas é substituída pela luta por reconhecimento de identidades de grupo.

Fraser compreende a injustiça social de duas maneiras diferentes: as injustiças de *distribuição* e as de *reconhecimento*. As primeiras seriam, de maneira simplificada, aquelas ligadas à uma distribuição desigual de bens, serviços e insumos; as injustiças que se radicam na estrutura econômico-política da sociedade (Fraser, 2006). Estas podem ser combatidas por reivindicações da ordem da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

redistribuição mais justa dos recursos e riquezas, pela distribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, por exemplo.

Já a segunda, a injustiça de reconhecimento, é uma injustiça cultural, que se radica nos padrões sociais de representação, de marginalização de corpos e identidades minoritárias. Esta teria seu remédio nas políticas de *reconhecimento* das diferenças e valorização, com mudanças culturais que reavaliem positivamente identidades desrespeitadas (Fraser, 2006). Embora os conceitos de redistribuição e reconhecimento fiquem claramente separados no espectro analítico, na prática eles se misturam em *coletividades bivalentes* (Fraser, 2006), que necessitam do cuidado pelos dois olhares propostos por Fraser. A tese da filósofa é de que trazer justiça social para a sociedade contemporânea requer tanto uma reestruturação político-econômica na forma de *redistribuição dos bens sociais*, quanto uma mudança dos paradigmas de *reconhecimento cultural-valorativo das diferenças*.

Os ideais universalistas modernos que ainda se demoram no espaço urbano contemporâneo ressaltam uma característica central da injustiça de gênero, que é o androcentrismo: a construção autorizada de normas que privilegiam os traços associados à masculinidade, e desqualificam as coisas codificadas como femininas (Fraser, 2006). Daí a necessidade de buscar uma teoria de justiça social que abrace as diversidades: a visão liberal que atomiza o indivíduo[13] contribui apenas para um reforço de paradigmas modernos (Comelli, 2021) que não concedem ao multiculturalismo, as diferenças sociais e os aspectos históricos a devida importância que estes apresentam na sociedade contemporânea.

Dentro deste arcabouço das ponderações de Fraser fica evidente que as dimensões de justiça social são dependentes entre si, e participam de maneira relevante na discussão sobre a construção de um espaço urbano que esteja alinhado com a busca ativa pelo direito à cidade.

O Estado brasileiro demonstra uma incapacidade, proveniente da lógica capitalista (Harvey, 2005), de suprir as demandas de *reconhecimento* e *redistribuição* que vem das camadas mais pobres e das minorias políticas da sociedade. A seguir, comento o a entrada das mulheres feministas no cenário político brasileiro e as primeiras formulações de políticas públicas para mulheres.

[13] A atomização do indivíduo é a premissa de que este é a menor unidade social, e então figura como a unidade apropriada para se refletir sobre justiça social (Comelli, 2021 p.31).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

O início das políticas públicas para as mulheres no Brasil

Em 1972 surgem no país vários grupos autônomos de mulheres para discussões de suas opiniões políticas, com destaque para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (Medeiros, 2018). A partir de desdobramentos destes grupos é criado no Rio, em 1975, o Centro da Mulher Brasileira (CMB), a primeira organização feminista no Brasil, que tinha como objetivo refletir sobre o papel e as condições da mulher na sociedade.

> A gente criou a primeira entidade feminista do Brasil, que foi no Rio de Janeiro, o Centro da Mulher Brasileira. Nós discutíamos sobre tudo, mas na essência nós queríamos discutir nós mulheres, com nossas mágoas, as nossas doenças da vida, certo? As nossas questões que a gente não abria a boca para falar com o outro e aí a gente foi discutir nesse espaço. (Santinha, 2007 apud Medeiros, 2018)

O CMB tinha maioria de sua formação composta de mulheres associadas ao Partido Comunista, embora contasse também com a participação de feministas liberais e radicais.

Em outubro de 1980 ocorreu em Valinhos, São Paulo, o II Congresso da Mulher Paulista, que contou com a participação de diversas entidades como sindicatos, associações de moradores, estudantes e mulheres feministas (Medeiros, 2018) A partir deste encontro, surgiram as primeiras organizações do tipo SOS-Mulher em São Paulo, se expandindo para o Rio de Janeiro no ano seguinte. Segundo Medeiros (2018), a criação destas organizações foi um marco para o socorro às mulheres vítimas de violência, já que foi a primeira vez que o modelo de atendimento contava com um contato direto com estas mulheres, dando visibilidade a situações que eram, até então, invisíveis para a sociedade.

> O trabalho realizado no SOS-Mulher pelas feministas criou um modelo de atendimento às mulheres vítimas de violência que está presente, ainda hoje, no atendimento dos serviços especializados às mulheres vítimas de violência doméstica em todo o Brasil. (Medeiros, 2018, p. 40)

Estas movimentações das mulheres brasileiras impactaram a criação das primeiras políticas públicas com recorte de gênero, ou seja: políticas que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

reconhecem a diferença de gênero e, com base nelas, implementam ações diferenciadas para mulheres. Este é o caso, por exemplo, da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985 no Estado de São Paulo (Farah, 2004). As eleições diretas para os governos estaduais e municipais em 1982 tiveram o eleitorado feminino como alvo de interesse de partidos políticos, que começaram a incorporar reivindicações visando as mulheres em suas propostas. O processo de redemocratização a partir da anistia em 1979 impulsionou o movimento feminista, que viu nas eleições o momento ideal para colocar mais mulheres em cargos no legislativo estadual e federal (Medeiros, 2018)

Na passagem do século, constituiu-se no Brasil uma agenda definida em relação às questões de gênero, com base nas ações discutidas na Conferência Mundial sobre a Mulher de Beijing em 1995. Nessa agenda estavam previstas diretrizes para o campo das políticas públicas, que incluíam a violência, saúde, educação, trabalho, dentre outras (Farah, 2004).[14]

Mais adiante, no ano de 2003, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que atua até hoje em âmbito nacional, com a missão de erradicar as desigualdades que atingem as mulheres (Nunes; Damasceno, 2017). As políticas de gênero desde então foram ganhando força, e a secretaria coordenou a criação do primeiro, segundo e terceiro Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), desenvolvendo junto ao Ministério da Educação (MEC) projetos como o Programa Mulher e Ciência e Gênero e Diversidade na Escola (Nunes; Damasceno, 2017). Em abril de 2013 a SPM auxiliou na aprovação da Emenda Costitucional nº 72/2013, conhecida como a PEC das Domésticas, que garante as empregadas domésticas com carteira assinada o recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), assim como seguro-desemprego, seguro contra acidentes de trabalho e indenização em caso de dispensa sem justa causa.

No campo da segurança é importantíssimo destacar que a Lei n. 11.340/2006 – a Lei Maria da Penha – em vigência desde 22 de setembro de 2006, teve grande

[14] De maneira sintética, as diretrizes previstas na agenda brasileira de políticas públicas para as mulheres no Brasil incluem: violência, saúde, meninas e adolescentes, geração de emprego e renda (combate à pobreza), educação, trabalho, infraestrutura urbana e habitação, questão agrária, incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (transversalidade) e acesso ao poder político. (Farah, 2004)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

impacto no cenário político e jurídico nacional ao implantar mecanismos punitivos que ajudam a prevenir a violência contra a mulher.

3.3
...ao direito da favela

Até este ponto do trabalho, busquei costurar conceitos de diversos campos do conhecimento, para situar o estudo da *territorialidade feminina*. O que se segue é a reflexão sobre as implicações desta análise sobre o território de favela, e a importância o papel da mulher na construção da cidade.

Considerada a primeira favela do Brasil, a favela da Providência teve seu início em 1987 quando veteranos da Guerra de Canudos se estabeleceram no centro do Rio de Janeiro. Como parte do plano Pereira Passos[15] (1902-1906), a remoção de aproximadamente 500 cortiços e moradias do centro da cidade para a abertura da Avenida Central (hoje chamada Avenida Rio Branco) desabrigou uma grande população de baixa renda, que também se mudou para o Morro da Providência (Coutinho, 2022).

O IBGE definiu o termo "favela" em 1950, ao incluir esta categoria no censo (Coutinho, 2022). Este primeiro recenseamento que contou com esta metodologia e definição do termo (realizado entre os anos de 1948 e 1949), revelou um total de 105 favelas, com 138.837 habitantes (Gonçalves 2020 *apud* Coutinho, 2022). No entanto, até o final da década de 1970 os dirigentes da prefeitura do Rio consideravam "aglomerações de baixa renda" o termo politicamente correto, e a palavra "favela" começou a ser usada apenas a partir do início de 1980, com o primeiro cadastro de favelas realizado com a redemocratização (Vigário et al, 2020).

[15] A Reforma Urbanística de Pereira Passos foi realizada no início do século XX, entre os anos de 1902 e 1906. O Rio de Janeiro, então Distrito Federal, recebeu uma série de reformas em busca de reorganizar o espaço urbano carioca, inspiradas na Paris Haussmanniana do século XIX. "Com intuito de transformar a cidade tida como colonial e inadequada, a nova república promulgada buscava a construção de uma cidade mais europeia e mais francesa. Perante esse desejo, a Reforma Pereira Passos (1902-1908), uma das principais expressões do haussmannismo no Brasil, promoveu transformações para embelezar o Rio de Janeiro, vindo "botar abaixo" diversos cortiços e habitações consideradas insalubres no centro da cidade, justificadas pelos pressupostos higienistas do século XIX." (Tavares, 2015, p.136)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

O processo de redemocratização trouxe a nova Constituição Federal em 1988 e, em seguida, grandes mudanças nas políticas de urbanização de assentamentos precários, realizadas a partir de 2003. As favelas passam a ser reconhecidas no arcabouço jurídico brasileiro e são instituídas as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) (Coutinho, 2022). "O princípio do direito à cidade é consagrado pela instituição da função social da propriedade, regulamentada em 2001 no Estatudo da Cidade" (Coutinho, 2022 *in*: Alvim, 2022, p.24)

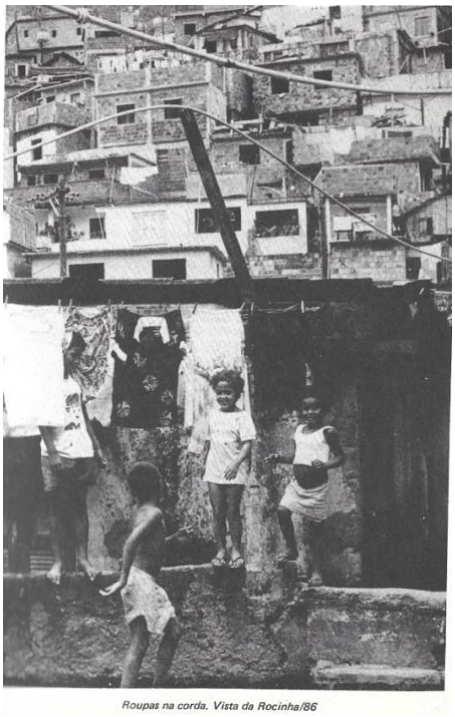

Figura 1: Crianças na Rocinha, 1986. Fonte: Oliveira, 1986, p.63.

O Observatório de Favelas, uma organização sediada no conjunto de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, desde 2001, realizou em agosto de 2009 o Seminário *"O que é favela, afinal?"* para discutir a questão de modo amplo, crítico e inovador. Em decorrência dos debates no seminário, a organização apresentou uma declaração própria do conceito de favela, buscando abrigar a complexidade destes territórios no espaço urbano contemporâneo. Segundo esta definição, as favelas são territórios sem garantia de efetivação dos direitos sociais, onde há distâncias socioeconômicas consideráveis quando se trata da qualidade do tempo/espaço, em relação a cidade como um todo (Silva, 2009).

Segundo o perfil sócio-urbanístico, a favela significa um tipo de moradia urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira (Silva, 2009). Ao longo da história de sua formação estes territórios tem sido sistematicamente

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

deixados de lado pela classe política que desconsidera o desenvolvimento dos assentamentos informais como parte importante da agenda da urbanização. Como dito pela arquiteta Suzana Pasternak, "falar de favela é falar de grande cidade no Brasil desde a virada do século XX" (Pasternak, 2008. p.86), e no estado do Rio de Janeiro, a partir de onde realizo minhas análises, esta é a realidade de 22% da população.

O termo "assentamentos informais", amplamente utilizado no meio acadêmico, inclusive neste trabalho, se refere às áreas residenciais onde os moradores não têm segurança em relação à posse da terra que habitam, com modalidades que variam entre ocupações ilegais e locações informais, em bairros que carecem de infraestrutura urbana e com habitações que podem não cumprir com o regulamento vigente de planejamento e construção[16]. É importante, no entanto, ressaltar que existe um aspecto falho no pensamento destes assentamentos como alheios ao tecido formal da cidade: a favela é um território constituinte da própria cidade, se tornando parte essencial da compreensão do espaço urbano (Magalhães, 2012 *apud*. Vigário et al, 2020).

Quando se fala de favela, existe uma generalização das características de ilegalidade e invasão do território formal que reforçam a percepção do Rio de Janeiro como uma cidade violenta. Esta forma de olhar para a cidade contribui para a perpetuação de um sentimento difuso de medo e insegurança que alimenta o imaginário coletivo e coloca nos territórios favelados todo o peso de uma violência associada ao Rio de Janeiro (Coutinho, 2006). É uma ideia distorcida que muitas vezes toma conta deste imaginário e falha em reconhecer que o cidadão de favela é parte ativa da confecção do tecido da cidade. Nas palavras da arquiteta Maria Lais Pereira da Silva em seu artigo "*Favela: É geral? É particular? É urbano?*":

> Convém acentuar, por outro lado, que, da mesma forma como no restante da cidade, os moradores das favelas, historicamente, se manifestam como sujeitos urbanos. Expressam-se com voz (e voto, em determinados períodos) e ativam sua ação a partir de manifestações

[16] Segundo o as conferências Habitat da ONU em 2003, The Challenge of Slums [O Desafio das Favelas]; e em 2013 The State of the World Cities Report 2012/13 [Relatório do Estado das Cidades do Mundo 2012/13].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

> culturais, artísticas e políticas (…). Portanto, produziram (e produzem) o espaço social da cidade. (Silva, 2009. In: Silva, 2009. p.35)

Surgidos a partir da demanda por moradia somada à negligência estatal em promover políticas públicas eficazes para a garantia de habitação a todos, os assentamentos informais recebem poucos investimentos do mercado formal, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços. Relacionado a estes fatores, surge o *direito da favela*, que é "construído, postulado, regulado e executado pela própria favela" (Vigário et al, 2020, p.316), e legitima a luta dos cidadãos pelo direito de habitar a cidade.

O direito da favela não está mencionado como um tópico específico na Constituição Federal (CF) como estão o direito à moradia, o usucapião urbano e o direito de superfície – inseridos como direitos sociais na CF do Brasil em 2001 pelo Estatuto da Cidade– no entanto está longe de representar uma ordem apartada ou inferior à estatal; é uma ordem construída pelo embate e pela tentativa de diálogo com esta. (Vigário et al, 2020). Muitas vezes as associações de moradores ficam responsáveis por buscar a efetivação do direito à cidade dos moradores, atuando como cartórios e documentando relações com a propriedade dos imóveis, por exemplo. Desta maneira se instala na favela um mecanismo parecido com instituições existentes, que atuam no resto da cidade de forma plena.

> É importante ressaltar que, apesar da aparente ausência do Estado, as favelas não sustentam um estado de não-direito, sem regras ou controle. O Estado está presente, mesmo que de maneira frágil, e "mais do que a suposta ausência do Estado, o que se vê é a ausência de cidadania" (Magalhães, 2012 *apud* Vigário et al, 2020, p.315).

Ao analisar a vida das mulheres na favela, nos deparamos com injustiças econômicas, que se assemelham às disputas de classe marxistas e pedem políticas de *redistribuição* dos recursos, e injustiças culturais-valorativas, que clamam pelo *reconhecimento*. Falar da mulher da favela é reconhecer as especificidades de um corpo estético político, uma vez que este corpo traz experiências de exclusão profundamente ligadas ao território onde vivem (Carneiro, 2003). Como já exposto anteriormente, o sistema de opressão que engloba raça, etnia, classe e gênero estrutura o tecido social, político e econômico brasileiro. E este sistema perpetua os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

mecanismos que determinam para a mulher da favela uma condição de subalternização perversa (Nunes, 2015) e excludente.

> As políticas públicas costumam considerar a dimensão de gênero apenas quando são reforçados os papéis sociais tradicionais, da visão da mulher como mãe: os programas associados às mulheres, principalmente quando se trata dos assentamentos informais, são as creches, pracinhas e postos de saúde. A identidade que as mulheres da favela recebem, intimamente ligada à maternidade, vem dessa visão tradicional do papel feminino, além de fatores particulares das mulheres pobres que reforçam esse status: a substituição das mães da cidade formal, no papel de babás e empregadas domésticas, ou as mães dos jovens que morrem pelo tráfico e pela violência policial, como as Mães de Acari[17]. (Coutinho; Sobreiro, 2021, p.68)

Não só a violência do tráfico e das milícias armadas, mas também a violência pela ausência planejada do Estado e as características informais dos territórios de favela delimitam os alcances e as estratégias femininas no espaço, levando à necessidade de se entregar ao combate, nas mais diversas maneiras. É no sentido de pertencimento nas organizações de base comunitária e nos processos participativos que este combate ganha força, consolidando o poder que a comunidade local pode ter de modificar o espaço. É importante ressaltar que participação, autoritarismo e democracia se sobrepõem na favela. As tentativas de se estabelecer uma construção do espaço urbano de maneira coletiva e horizontal e a autoridade violenta acontecem concomitantemente. Nas palavras de Comelli:

> Embora a participação carregue consigo fagulhas de democracia, as duas palavras não são sinônimas, principalmente em um território marcado pelo descaso do Estado. Em suma, dizer que a favela da Rocinha é um território sem lei ou sem democracia é tão reducionista quanto dizer que houve uma democracia vibrante no local. Os dois estiveram presentes – democracia e autoritarismo –simultaneamente. (Comelli, 2021, p.166)

A *participação comunitária* na favela não se restringe à atuação feminina, no entanto é notória a forma como as mulheres configuram o espaço através de um

[17] Mães dos desaparecidos da Chacina de Acari em 1990, quando 11 jovens moradores da favela de Acari foram retirados do sítio em que passavam o dia por um grupo que se identificou como sendo de policiais. Os corpos das vítimas nunca foram encontrados, e as mães ainda lutam por justiça.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

fazer coletivo, se organizando para suprir necessidades, capacitar uma força de trabalho e criar um ambiente em que se possa viver melhor. O projeto de pesquisa "Urbanismo pelo avesso: práticas urbanísticas, inclusão social e autonomia em favelas cariocas", sob a coordenação da professora Rachel Coutinho Marques da Silva, investiga a participação comunitária nos projetos urbanos em três favelas do Rio de Janeiro, Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, Babilônia/Chapéu Mangueira, e a Rocinha – estudo de caso deste trabalho. Analisando o histórico destas ações comunitárias, por meio de associações de moradores, ONGs ou coletivos, é claro o papel ativo das mulheres na mudança das favelas onde vivem (Coutinho; Sobreiro, 2021). Durante as pesquisas do grupo, foram identificadas e catalogadas na Rocinha 81 (oitenta e uma) iniciativas com participação da população local (Figura 1), grande parte delas tendo surgido após o PAC UAP na Rocinha.

Figura 2: Dados sobre as ações solidárias presentes na Rocinha. Fonte: Coutinho; Sobreiro, 2021. Dados coletados pelo grupo de pesquisa Urbanismo pelo avesso: práticas urbanísticas, inclusão social e autonomia em favelas cariocas, em 2020.

Embora na Rocinha as lideranças masculinas ainda estejam em maior número, a participação feminina é emergente, principalmente quando se trata de educação e capacitação dos moradores (Coutinho; Sobreiro, 2021) (Figura 2).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

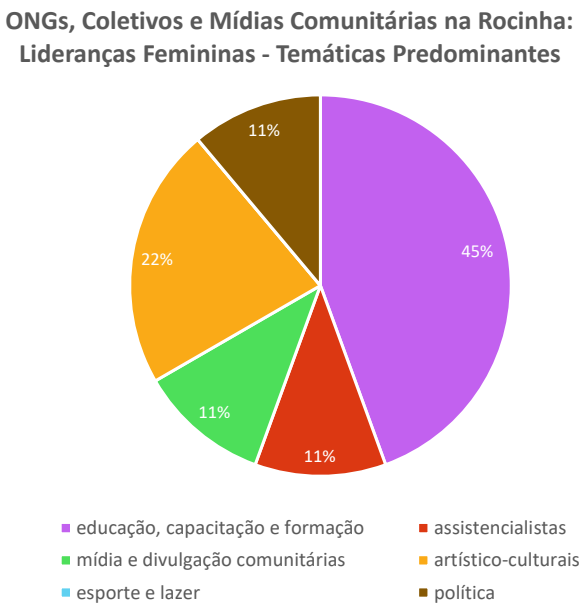

Figura 3: Dados sobre as lideranças femininas dentre as ações solidárias presentes na Rocinha. Fonte: Coutinho; Sobreiro, 2021. Dados coletados pelo grupo de pesquisa Urbanismo pelo avesso: práticas urbanísticas, inclusão social e autonomia em favelas cariocas, em 2020.

Ao analisar as *práticas sociopolíticas de resistência* nota-se que mulheres também estão presentes em territórios de favela em posições de liderança, seja na criação de coletivos com caráter político, como o caso do *A Rocinha Resiste*, seja em cargos públicos. Um grande exemplo de resistência política na favela da Rocinha é o jornal *Fala Roça*, que busca tomar as rédeas da narrativa que se constrói sobre as favelas cariocas. Com co-fundação da jornalista Michelle Silva, o jornal atua desde 2013 levando notícias da Rocinha para os moradores e para redes externas, usando a informação para contornar o retrato estigmatizado que a mídia hegemônica retrata as favelas cariocas (Coutinho; Sobreiro, 2021).

A resistência feminina levada ao nível político se revela em figuras que não se recolhem diante dos problemas socioeconômicos da favela e erguem suas vozes para criticar a maior das violências contra o *corpo-território* favelado: o projeto de ausência do Estado, de forma deliberada e planejada pelas elites políticas.

Existe uma dimensão imaterial do território que é criada e modificada pela rede de mulheres de favela. O sentimento de pertencer somado ao senso de dever político para com este lugar ao qual se pertence. É a identidade unida ao território, mas que não se limita a ele; a identidade que se carrega consigo – para o bem e para o mal – e que dita a luta diária da mulher contra o *sistema*. A *territorialidade*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

feminina é a camada de cuidado, resistência e comunidade que envolve este território.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

4.

Territorialidade Feminina: o poder configurador de território da mulher de favela

Sempre fiquei quieta, agora vou falar
Se você tem boca, aprende a usar
Sei do meu valor, e a cotação é dólar
Porque a vida é louca, mano, a vida é louca
(Dona de Mim - Iza, 2017)

Neste capítulo apresento meu estudo de caso, começando por um histórico da favela da Rocinha traçado através de histórias de mulheres. Guiada pelo questionamento "como se apresenta o poder configurador de território da mulher de favela?", apresento a espacialização das questões de gênero e as formas como a mulher se organiza apesar da violência pela ausência; do Estado, de políticas públicas e de segurança. Através de exemplos das práticas sociais e grupos de mulheres presentes dentro da Rocinha, apresento a *territorialidade feminina*.

Aqui me apoio nas conversas realizadas nas entrevistas semiestruturadas e na pesquisa de campo, além de contar com os dados do Museu Sankofa, e de autores como Motta (2000), Lima Neto (2015), Costa (2019), Comelli (2021), Segala; Ferreira (1983), Lopes (2018), Oliveira (1986), dentre outros.

4.1
"Lata d'água na cabeça...": a formação do território da Rocinha, pelo olhar da mulher

Localizada na zona sul do Rio de Janeiro, a Rocinha segue no lugar de maior favela da cidade do Rio de Janeiro. Segundo dados do IBGE 2010, a favela conta com aproximadamente 70.000 habitantes em quase 23.500 domicílios. Este número, no entanto, é amplamente questionado por organizações comunitárias da favela. Em entrevista ao site G1, o então presidente da associação de moradores

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR) Leonardo Rodrigues, comentou que foram poucos os moradores que receberam visitas dos recenseadores do Censo Demográfico de 2010 (Tabak, 2011).

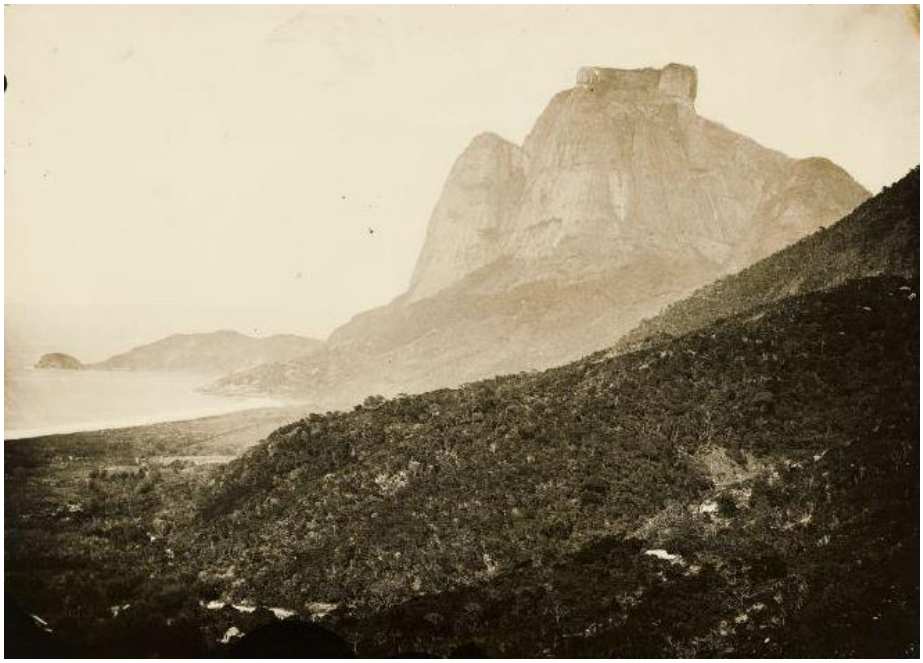

Figura 4: Vista da Pedra da Gávea e parte do Maciço da Tijuca, do ponto de vista de onde hoje se encontra o bairro da Rocinha. Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

Figura 5: Imagem comparativa do bairro da Rocinha em agosto, 2021. Fonte: Acervo pessoal da autora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

No início do século XX, os bairros Gávea e São Conrado ainda eram formados por grandes fazendas e algumas indústrias (têxtil e de calçados) de importância nacional. Os primeiros lotes da Fazenda Quebra-Cangalha começam a ser vendidos a pessoas de baixa renda, em sua maioria trabalhadores das fábricas presentes na Gávea (Comelli, 2021; Costa, 2019), e a parte do território da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, que hoje chamamos de Rocinha começa a tomar a configuração urbanística mais próxima à atual. Este loteamento foi realizado de forma irregular, pela família Castro Guidão entre as décadas de 1920 e 1930, e deram origem às ruas 1, 2, 3 e 4 (Comelli, 2021; Museu Sankofa, [s.d.])

> O bairro da Rocinha, como muitas favelas da cidade do Rio de Janeiro e do mundo, expandiu-se a partir de incentivos econômicos e de mobilidade; ou seja, era mais viável construir um barraco na encosta próxima ao local de trabalho do que depender de um transporte público ainda inexistente ou incipiente na cidade. (Comelli, 2021, p.156)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Figura 6: Planta do loteamento da fazenda Quebra Cangalha, realizado pela Companhia Castro Guidão, em 1920. Fonte: Acervo do Museu Sankofa.

Antes disso, é importante ressaltar, este território originalmente era ocupado pelo agrupamento de povos indígenas dos Tamoios (Museu Sankofa, [s.d.]),

expulsos pelos portugueses e suas terras ocupadas para fins de exploração colonial. A região também era rota para os escravos que fugiam para os Quilombos do Sacopã e das Camélias, em busca de sua liberdade (Museu Sankofa, [s.d.]).

Segundo o Museu da Rocinha Sankofa – Memória e História, em 1933 foi realizado o primeiro censo predial, contabilizando 1.447 casebres na área da favela, ainda com aspecto de "roça", com construções de madeira e taipa (Museu Sankofa, [s.d.]). Mais adiante, nos anos de 1950, a cidade do Rio de Janeiro recebeu um alto número de pessoas vindas do norte e nordeste do país em busca de oportunidades de emprego, e uma grande parte acabou por se instalar na Rocinha (Lima Neto, 2015).

Nos anos que se sucederam, a infraestrutura de serviços básicos oferecidos pelo Estado não acompanhou o crescimento acentuado da população, e apenas na década de 1970 a Rocinha recebeu os serviços de energia elétrica oferecidos pela empresa *Light* (Lima Neto, 2015).

Nos anos 1960 e 1970 várias indústrias que se localizavam nas áreas centrais e na zona sul da cidade começam a se relocar em outras áreas, principalmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Ao mesmo tempo, os terrenos ocupados por favelas da cidade, principalmente as da zona sul, começam a ser cobiçados pelo mercado imobiliário para construção de habitação para as classes altas, e inicia-se uma política de erradicação de favelas e remoção de seus habitantes. Segundo a historiadora Marly Silva da Motta (2000), uma das iniciativas mais polêmicas da administração Lacerda[18] foi a remoção das favelas da Zona Sul carioca para conjuntos habitacionais nos subúrbios da Zona Oeste, ao longo da Avenida Brasil, ou ainda mais distante. A ideia de se deslocar as populações faveladas para as novas zonas industriais podia não ser original, mas as favelas do então Estado da Guanabara[19] apresentavam – e ainda apresentam – uma questão

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

[18] Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi governador do estado da Guanabara, entre os anos de 1960 e 1965. O jornalista foi um grande coordenador da oposição à campanha de Getúlio Vargas para a presidência em 1950.

[19] A cidade do Rio de Janeiro deixa de ser Distrito Federal no dia 21 de abril de 1960 (quando a capital do país é estabelecida em Brasília) e passa a ser chamada Estado da Guanabara. Apenas em 1º de Julho de 1974, pela Lei Complementar nº20, é decretada a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, por questões politico-partidárias. "Desde a década de 1970, tanto no senso comum quanto entre os políticos de oposição ao regime militar, consolidou-se a interpretação segundo a qual a fusão teria como objetivo maior domesticar a seção carioca do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (…) Aproximavam-se as eleições de novembro de 1974, e o governo federal antevia a vitória do MDB no âmbito nacional. Sendo a Guanabara o único estado

bastante complexa: localizadas em sua maioria no coração da Zona Sul, área mais cobiçada de uma cidade espremida entre o mar e a montanha, a desocupação destes assentamentos informais interessavam fortemente o capital imobiliário (Motta, 2000).

> Se a especulação imobiliária que acompanhou o ritmo de crescimento da cidade teve um papel importante no programa de remoção de favelas, os "interesses da cidade" exerceram igualmente uma forte pressão. Mostradas pela imprensa como aglomerados que atrapalhavam o cotidiano da vizinhança de classe média, e cuja permanência era incompatível com a evolução da cidade, as favelas deveriam ser erradicadas em nome dos "interesses de utilidade pública" (Motta, 2000, p.62)

Figura 7: Fotografia do núcleo de moradias da favela da Rocinha, no jornal "Última Hora", 10 de dezembro de 1956. Fonte: Costa, 2019.[20]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

da Federação governado pela oposição, era preciso diluir a força eleitoral do partido de oposição. A fusão com o estado do Rio, governado pela Arena, seria certamente o caminho mais seguro para se alcançar esse resultado." (Ferreira, 2006 in: Abreu, 2006, p.166)

[20] A foto acompanhava reportagem divulgada no Jornal Última Hora, em dezembro de 1956, em nota que dizia: "(...) O bairro cresceu em par, sem perigo para as crianças que desciam as areias alvinitentes da praia onde os carros de passeio podiam ser deixados abertos sem correr o risco de uma visita inconveniente. Mas, essa história feliz foi interrompida com o crescimento da 'favela' da Rocinha (foto), onde, em meio a um proletariado infeliz arrastado contra a vontade para esse

Em 1964 começa a construção do bairro planejado Cidade de Deus, na Zona Oeste, que recebeu moradores removidos de suas casas na Rocinha (Museu Sankofa, [s.d.]). Para os favelados, a mudança significava um afastamento da vizinhança e do emprego, já que a Zona Sul era uma grande consumidora de serviços para uma mão de obra de qualificação diferenciada, como porteiros, comerciários, pedreiros e domésticos (Motta, 2000).

Ao final da década de 1960 e início dos anos 1970, a comunidade da Rocinha passou por um grande crescimento demográfico impulsionado pela abertura do Túnel Dois Irmãos (hoje em dia chamado Túnel Zuzu Angel), que liga Gávea a São Conrado, em 1971 (Costa, 2019; Museu Sankofa, [s..d.]). O início das obras do projeto de Lúcio Costa para a urbanização da Barra da Tijuca, sob administração do governador Negrão de Lima[21], contribuiu para esta expansão demográfica, com parte da mão de obra se instalando na Rocinha.

A Rocinha passa a ter uma Região Administrativa (XXVII RA) no ano de 1985 e em 1993, é finalmente reconhecida como bairro durante a administração do prefeito César Maia através da Lei 1995/93 (Lima Neto, 2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

aglomerado pouco urbanístico e ainda menos higiênico, aninham-se perigosos assaltantes e criminosos que descem para o bairro despoliciado. (...)". Fonte: Costa, 2019.

[21] Negrão de Lima sucedeu a Carlos Lacerda no governo do estado da Guanabara entre 1965 e 1971. "(...) Negrão de Lima, apesar de ferrenho opositor de Lacerda, deu seguimento à política de erradicação de favelas de seu oponente, que foi federalizada e convertida em política pública em 1964, organizada pela Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), criada em 1968 com recursos do BNH." (Coutinho, 2022, p. 21-22)

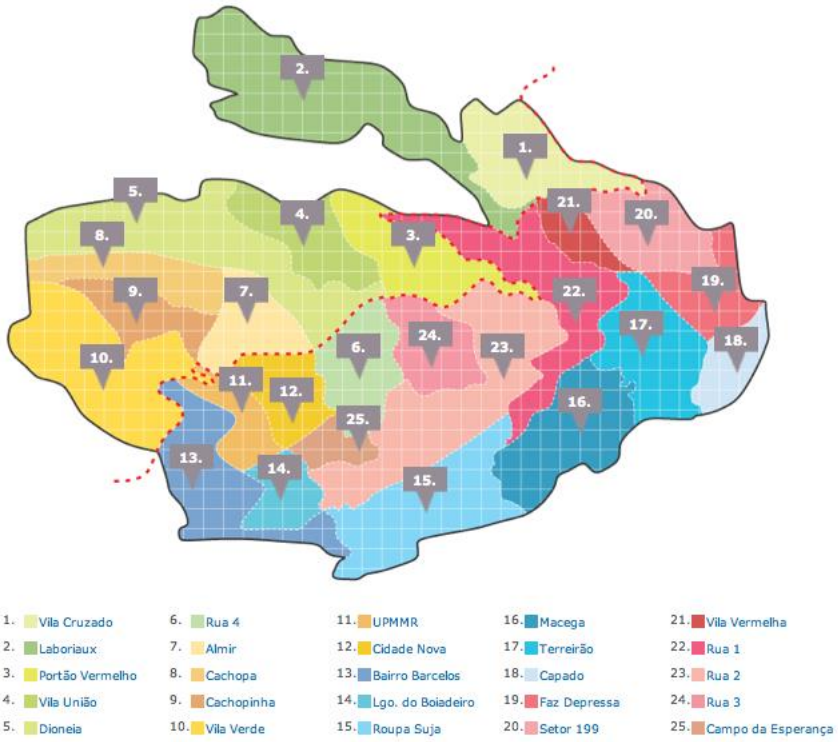

Figura 8: Divisão dos sub-bairros na favela da Rocinha. Fonte: Potal Rio then. Disponível em: <https://riothen.wordpress.com/category/before-after/page/3/>. Acesso em 13 mai. de 2022.

O protagonismo feminino na produção do espaço urbano das favelas brasileiras é notório e pode ser comprovado: 40% das famílias residentes nas comunidades são mantidas por mulheres, e elas mobilizam uma arrecadação de recursos nessas áreas de aproximadamente 24 bilhões de reais (Froio, 2015).

As associações de moradores que intercedem pelos residentes na Rocinha são fortes e atuantes desde 1961, quando foi fundada a UPMMR (Segala; Ferreira, 1983). Durante a ditadura militar as atividades desta associação foram encerradas, porém, foram retomadas em 1977 por um grupo de mulheres que lideraram movimentos de benfeitoria no bairro. Silvana de Araújo Porto, a primeira mulher a liderar a associação, falou em entrevista ao Jornal Brasil Mulher em agosto do mesmo ano:

> Havia três chapas. Duas de homens. Mas eles descuidaram e perderam. Os homens não faziam propaganda. As mulheres pregavam cartazes em toda favela, fizemos propaganda com alto falante depois das dez horas, após as novelas. As mulheres trabalham com a cabeça e os homens com a força manual. Hoje a chapa já é reconhecida e até os homens me chamam e se interessam. (Jornal Brasil Mulher *apud* Segala; Ferreira, 1983, p.81-85)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Alguns anos depois outra mulher, Maria Helena, venceu a eleição para presidente da UPMMR, em uma disputa acirrada contra Zé do Queijo, conhecido na história da Rocinha por ser um homem violento. Nas palavras de Chica da Rocinha, que fazia parte da chapa de Maria Helena:

> Nossa candidata à presidência e alguns integrantes da chapa compareciam, com frequência, aos roteiros que fazíamos pela favela, para que as pessoas pudessem conhecê-los, ver em quem iriam votar. Isso era muito importante. Numa dessas ocasiões, o carro em que estava Maria Helena foi apedrejado em frente à birosca de nosso oponente. O vidro espatifou e, por sorte, ninguém se feriu. (Oliveira, 1986, p.95)

Figura 9: Campanha da Chapa 2 para a eleição da UPMMR na Rocinha, 1984. Fonte: Oliveira, 1986, p.1986.

Com conquistas de grande impacto no território da favela, as mulheres da UPMMR geraram melhorias no saneamento básico, em mutirões de limpezas de valas, e no acesso, com a construção da passarela na autoestrada Lagoa-Barra (Museu Sankofa, [s.d.]). Maria das Dores de Melo, também conhecida pelos moradores como "Maria do Teatro", foi parte importante da mobilização que conquistou a passarela, batendo de porta em porta para completar as assinaturas do abaixo assinado, solicitando uma audiência com o governador. (Lopes, 2018, p.73) A passarela foi conquistada em 1979, 8 anos após a construção do Túnel Zuzu Angel, facilitando a expansão para a Zona Oeste do Rio de Janeiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Figura 10: À esquerda: Valão do Campo da Esperança, Rocinha, 1986. Fonte: Oliveira, 1986, p.39. À direita: Lixeira na Rua 2, Rocinha, 1986. Fonte: Oliveira, 1986, p.48.

A luta pelo acesso ao saneamento básico na favela está presente desde as primeiras construções, quando todo o acesso à água se dava por poços artesianos e bicas. Em 1976 foi encaminhado à Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE) um pedido de água encanada para a Rocinha, mais uma vez por meio de abaixo assinado (Lopes, 2018, p. 65). O projeto ficou parado até 1981, e em 1982 a CEDAE implantou um sistema de 15 bicas públicas de água, que foram consideradas insuficientes pelos moradores. Hoje em dia boa parte dos moradores já têm em suas casas o ponto de ligação com a água da CEDAE, mas infelizmente a distribuição ainda é desigual quando comparada aos bairros vizinhos. Segundo dados do PAC (2009), 9,2% dos domicílios na Rocinha ainda não têm acesso à rede oficial de abastecimento de água, enquanto nos bairros da Gávea e São Conrado, estes números são de 0,06% e 1,3%, respectivamente (IBGE, 2010).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Abastecimento de água	ROCINHA Valor absoluto (domicílios)	Valor percentual
Rede Oficial	22.800	90,8%
Poço ou nascente	123	0,5%
Bica ou similar	61	0,2%
Outros	2.151	8,5%
Abastecimento de água	GÁVEA Valor absoluto (domicílios)	Valor percentual
Rede Oficial	6411	99,94%
Poço ou nascente	4	0,06%
Carro pipa/água da chuva	0	0%
Outros	0	0%
Abastecimento de água	SÃO CONRADO Valor absoluto (domicílios)	Valor percentual
Rede Oficial	3804	98,7%
Poço ou nascente	48	1,2%
Carro pipa/água da chuva	3	0,1%
Outros	0	0%

Figura 11: Dados comparativos do abastecimento de água nos bairros da Rocinha, Gávea e São Conrado. Fonte: IBGE, 2010. PAC, 2009. Elaborado pela autora, 2021.

Em 2014, um grupo de mulheres da Vila Verde[22], liderados por irmã Rita[23], foram juntas à CEDAE para cobrar que a água chegasse até suas casas. (Lopes, 2018, p. 65) Segundo um colaborador do coletivo Rocinha sem Fronteiras[24], a CEDAE teria chegado a pedir aos moradores do Bairro Barcelos[25] que arcasse com os custos de material para realizar as obras para o acesso à água na parte baixa da Rocinha.

Desde 2010, a ONU reconhece o acesso à água potável e instalações sanitárias como um direito humano indispensável. No entanto, a falta de interesse político em investir no saneamento básico das favelas ainda está presente no território da Rocinha e faz perdurar a "política da bica". "Leva lata, lata d'água na cabeça" ...

[22] Vila Verde é um sub-bairro da Rocinha.

[23] Irmã Rita, freira da congregação Irmãs de Jesus Crucificado, morou na Rocinha por 10 anos e realiza missões na favela desde 1995.

[24] Em conversa nas reuniões do coletivo.

[25] Bairro Barcelos é um dos sub-bairros da Rocinha, na parte plana, com origem nos anos de 1960. (Lima Neto, 2015)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Figura 12: Meninos carregando balança d'água, próximo ao Túnel Dois Irmãos. Fonte: Varal de Lembranças *apud* Comelli, 2020.

A favela da Rocinha foi incluída no primeiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no ano de 2007, que com uma verba de R$259 milhões, prometeu grandes melhorias para a favela como um complexo esportivo de quinze mil metros quadrados, uma passarela projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer que ligava este complexo à favela, dentre outras obras, que foram entregues (Fala Roça, 2018). No entanto, outras obras do PAC ficaram sem conclusão, como a urbanização da Rua do Valão na parte baixa do bairro, e, mesmo assim, no ano de 2013 foi iniciado um novo programa (PAC 2), que teve um orçamento ainda maior (R$ 1,6 bilhões), porém a maior parte das obras nunca foi concluída.

Dentre as obras entregues com recursos complementares ao PAC 1, foi inaugurada uma creche com capacidade para atender 150 crianças. Esta obra foi concluída em 2014, gerou empregos e recebeu crianças permitindo que muitas chefes de família pudessem retornar ao mercado de trabalho com tranquilidade.

A luta pela educação na Rocinha também contou com o protagonismo feminino. A movimentação pela criação de creches e alfabetização das crianças vem desde 1980 com a participação da moradora Francisca Elisa Medeiros Pirosi, que se tornou uma das figuras principais na concretização do projeto que tinha intenção de alfabetizar crianças reprovadas e rejeitadas pelas escolas tradicionais (Coutinho; Sobreiro, 2021). Segundo Dona Eliza, as mulheres trabalharam em colaboração para que fossem implantadas treze creches para suprir a demanda de vagas, já que as escolas públicas eram escassas. Em entrevista, Dona Eliza conta

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

inclusive que, juntas, as mulheres criaram um curso noturno de formação de professores, para que pudessem ensinar de maneira adequada as crianças da Rocinha (Viva Favela, 2014). Além disso, fundou um pré-vestibular comunitário no Colégio Teresiano, na Gávea, que possibilitou a entrada de muitos moradores da Rocinha no ensino superior. (Lopes, 2018, p. 76).

No tema da capacitação da força de trabalho dos moradores e moradoras da Rocinha, merece grande destaque a Coopa-Roca – Cooperativa de Trabalho Artesanal e de Costura da Rocinha, que já passa dos 35 anos desde sua fundação (Coutinho; Sobreiro, 2021). Sob a gestão de Maria Teresa Leal, o projeto já capacitou centenas de mulheres em corte e costura, com o objetivo de trazer condições para que elas trabalhem de suas residências e aumentem o orçamento familiar. A cooperativa tem alcance internacional, com desfiles em países como Inglaterra, Alemanha, Holanda, França e Itália.

No ano de 1986, Francisca de Oliveira, conhecida como Chica da Rocinha, publicou um livro sobre a história de sua vida junto à Cooperativa Brasileira do Autor Sindicalizado. No livro, Chica conta de todo o seu trabalho comunitário, desde o início com crianças com deficiência no Movimento Fé e Luz, até a luta pelo saneamento, saúde e melhores condições de vida para os moradores. Em 1983, participou de uma ação para construir mini postos de saúde em conjunto com a Secretaria de Saúde e com apoio financeiro da UNICEF. Em 1985, o grupo já era composto de 15 agentes comunitários que atuavam tanto nos postos quanto em visitas domiciliares, fazendo vacinação, orientação e prevenção de doenças, controle de peso e crescimento em crianças e outros controles associados à saúde principalmente das crianças e das mulheres.

Chica da Rocinha também relata as frustrações de lutar pela educação das crianças na favela, quando a escola que criou junto a outros voluntários no espaço de uma igreja foi obrigada a encerrar as atividades. O “Cantinho da Amizade” funcionou por apenas um ano, com grande esforço de Chica e outras mães para superar a falta d’água, de materiais e de merenda. Durante o ano de 1984 o Cantinho funcionou dando aulas para crianças e adolescentes, e promoveu uma campanha de vacinação contra a paralisia infantil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

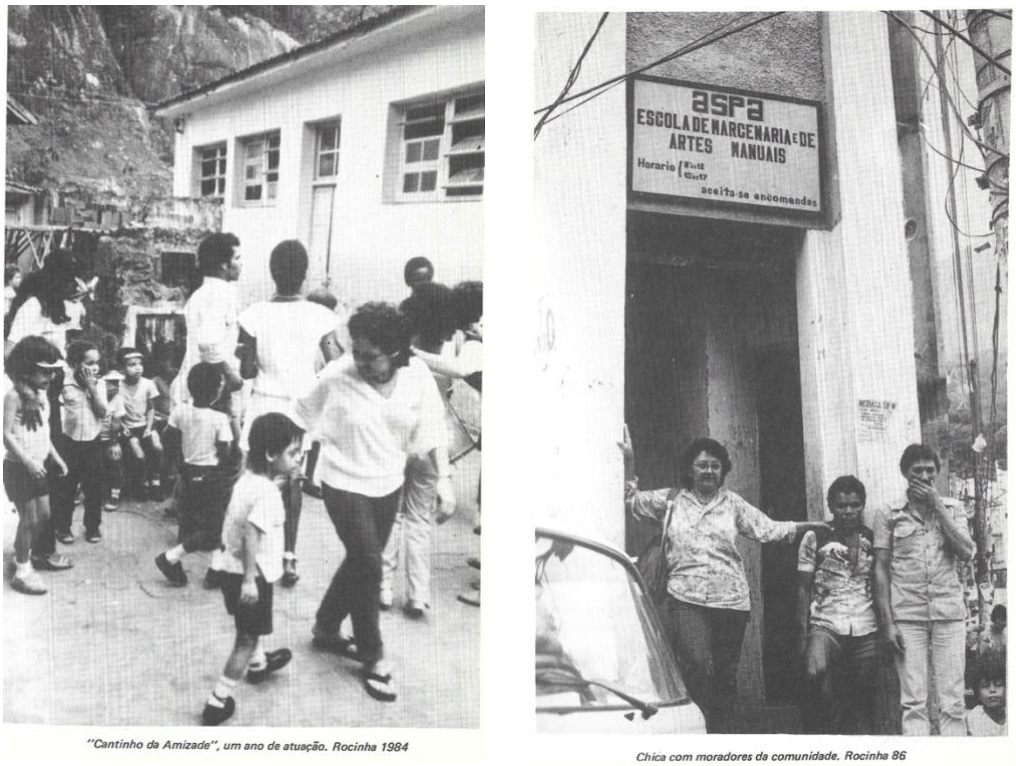

Figura 13: À esquerda: Chica da Rocinha no "Cantinho da Amizade", Rocinha 1984. Fonte: Oliveira, 1986, p.111. À direita: Chica da Rocinha em frente à Ação Social Padre Anchieta, Rocinha, 1986. Fonte: Oliveira, 1986, p.1986.

> "A água continuou faltando. (...) As crianças traziam garrafas d'água para beber e andávamos de lata na cabeça, buscando aqui e ali para termos com o que cozinhar e lavar a escola. (...) Para se levar um trabalho comunitário para frente é preciso ter muita coragem e discernimento, além, evidentemente de capacidade de doação para enfrentar um monte de problemas sem qualquer recurso. Na nossa escolinha, como já falei, não eram muitas as facilidades. A merenda (e isso me angustiava) dava apenas para quebrar um galho." (Oliveira, 1986, p. 65)

Por último, mas não menos importante, devo ressaltar as mulheres que fazem parte da história da Rocinha, não por morarem nela, mas por serem pioneiras nos estudos sobre a favela e que guiam pesquisas acadêmicas até os dias de hoje.

Lícia do Prado Valladares[26], com uma extensa coleção de diplomas e publicações no campo disciplinar de ciências políticas e sociais que sucederam sua graduação em Sociologia e Política pela PUC-Rio em 1967, começou a estudar a favela como objeto de pesquisa, quando esta ainda era um assunto desconhecido na

[26] Lícia do Prado Valladares faleceu em 28 de novembro de 2021, em Paris, durante o processo desta pesquisa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

academia. Autora dos célebres livros "*Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro"* (1978) e "*A invenção da favela: do mito de origem a favela.com"* (2005), a pesquisadora teve várias tentativas frustradas de iniciar uma pesquisa de campo em favelas cariocas, até que finalmente conseguiu se introduzir na Rocinha, onde chegou a morar por 9 meses (Cunha et al, 2019). Se inspirou na metodologia do clássico "*Sociedade de Esquina"* (1943), do antropólogo norte-americano William Foote Whyte, para conduzir sua pesquisa, e apesar de ter chegado na Rocinha interessada em questões de religião, acabou por expandir seu trabalho para o tema do processo de remoção de famílias que testemunhou.

A partir de sua experiência como uma das primeiras antropólogas a estudar a Rocinha, Valladares destaca algumas lições aprendidas, dentre elas sua eterna condição de pesquisadora:

> "O pesquisador é pesquisador o tempo todo. Não separa seu trabalho de sua vida. Mesmo quando não estava na favela pensava o tempo todo na Rocinha, conversava com meus amigos sobre minha vida na favela, sonhava com a Rocinha, via outras favelas e me perguntava se passariam pelos mesmos processos." (Cunha et al, 2019, p. 307)

Outra figura importante nos estudos sobre a Rocinha foi a antropóloga Lygia Segala, atualmente professora da Universidade Federal Fluminense, com ampla formação acadêmica na Antropologia Social. Sua pesquisa para a dissertação de Mestrado *"O Riscado do balão japonês: trabalho comunitário na Rocinha (1977-1984)"* (1991) levantou um extenso material sobre a história da favela, que hoje está disponível em acervo no Laboratório de Educação e Patrimônio Cultural, na UFF. Segala também participou da publicação do livro *"Varal de Lembranças: histórias e causos da Rocinha"* (1983), escrito de forma colaborativa por moradores da Rocinha e com a associação de moradores UPMMR (União Pró Melhoramentos dos Moradores da Rocinha) como proponente do projeto, patrocinado através de um edital público. Este livro narra o processo de busca pela história das origens da favela, através dos olhos dos moradores, relatando suas diferentes chegadas ao mesmo local.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

4.2
As práticas sociais como práticas políticas de resistência no espaço urbano

O desafio deste trabalho desde o início foi de realizar uma pesquisa qualitativa para reconhecer mulheres de favela que exercem papéis de referência – liderança – em sua comunidade, e que praticam um urbanismo de base local para além de pequenas ações assistencialistas. Ao buscar informações sobre a construção do que hoje é o bairro da Rocinha, logo constatei que a figura da mulher foi imperiosa na construção deste território (como descrito anteriormente), e percebi que identificar as possíveis protagonistas deste trabalho não seria tarefa árdua; o mais duro seria escolher dentre estas figuras tão dedicadas e com histórias de vida tão complexas. A verdade é que a baliza para esta decisão se deu pelo maior inimigo do trabalho acadêmico: o tempo, com o agravante da pandemia da COVID-19. Mesmo com a vontade de agregar a esta dissertação muitas outras entrevistas mais, as protagonistas que de fato vieram a fazer parte desta pesquisa, embora cada uma à sua maneira, carregam em si a identidade de muitas outras mulheres da Rocinha: *mulheres de favela* que vivem subalternizadas pelo *sistema* que não garante seus direitos.

Nossas protagonistas são sujeitos políticos, ainda que algumas não se percebam desta maneira. A vida de cada uma delas está entrelaçada com lutas históricas e uma vontade permanente de reconfigurar o seu *corpo-território*, uma inquietude de mudança que transforma a realidade injusta do cotidiano da favela.

Nem todas as mulheres entrevistadas nasceram na Rocinha; no entanto, todas elas viveram por mais de 20 anos ou ainda vivem no bairro, o que legitima ainda mais os percursos que levaram ao trabalho de base comunitária que realizam, além de aproximá-las das outras mulheres que se beneficiam com suas ações.

A partir daqui, apresento e passo a voz às mulheres que protagonizam este trabalho.

Yolanda Demétrio é professora de dança e fundadora do Studio de Arte Espaço Aberto, uma instituição sem fins lucrativos que atua na Rocinha desde 1998. Nascida na Cruzada São Sebastião, no Leblon, Rio de Janeiro, descobriu seu amor pela Dança Afro ainda criança, mas não seguiu esta carreira logo de primeira.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Mudou-se para a Rocinha ao sair da casa dos pais e quando se dedicou exclusivamente à dança foi estudar com Mercedes Batista, a primeira bailarina negra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

Magda Gomes é da terceira geração de moradores da Rocinha de sua família. "Mulher de muito Axé", nas palavras da própria, passou a infância morando na casa de sua avó, que teve 14 filhos. Formada em Engenharia Civil, hoje trabalha como Assessora Parlamentar de Planejamento Estratégico, além de ser co-fundadora e gerente de projetos do coletivo político A Rocinha Resiste.

Michele Silva chegou na Rocinha com apenas 3 anos de idade e lá morou até 2020. Desde pequena frequentou a rádio da comunidade, primeiro apenas observando os radialistas, e aos poucos fazendo anúncios de empregos, cursos e outras oportunidades que julgava interessantes para os moradores da favela. Assim descobriu seu amor pela comunicação e, junto com seus dois irmãos, fundou o Jornal Fala Roça.

Cecília Lagos nasceu no sul da Bahia, mas já mora na Rocinha desde 1989. Procurando uma creche para sua filha conheceu a Ação Social Padre Anchieta (ASPA) e logo se envolveu com os assuntos comunitários. Formada em Serviço Social, participou dos projetos do PAC-UAP na Rocinha, fazendo um trabalho de realocação de famílias.

Embora neste trabalho as protagonistas sejam chamadas de "líderes comunitárias" é importante questionar o próprio conceito de liderança. Durante as entrevistas surgiram questionamentos como "Quem chancela uma liderança?", "O que faz de uma pessoa líder e outra não?". O conceito de lideranças locais pode carregar em si diversas interpretações, mas é indiscutível a importância do papel de figuras que representem a comunidade. Estas figuras, que muitas vezes podem se tornar "porta-vozes", fazem um trabalho essencial de organizar a comunidade e representá-la, cobrando a implantação de políticas públicas e promovendo ações em benefício de todos, segundo as demandas dos moradores (Tapajós de Fato, 2021).

> O conceito de liderança refere-se à capacidade de um indivíduo em articular um grupo de pessoas em torno de si e de coordenar os esforços destes, rumo ao desenvolvimento de um projeto comum. (Moura, 2011)

O líder comunitário tem carisma e inspira a confiança das pessoas em seu entorno, no entanto isto não é uma característica pessoal, e sim um atributo que se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

desenvolve nas relações sociais (Moura, 2011). Estes atores com proeminência em suas comunidades engajam em ações sociais e políticas que dão força a um movimento fundamentalmente coletivo, que é a participação comunitária.

Para cada uma das entrevistadas, e para cada pessoa dentro da favela, o conceito de quem representa a comunidade pode variar, então a partir de qual olhar se elege uma liderança local? Uma possível resposta para esta pergunta é a interpretação de Magda, quando disse que um líder se diferencia por "colocar a cara, ter uma capacidade de reação rápida para responder ao contexto que o cerca". Ela ressaltou também uma dinâmica comum na sociedade civil de levantar "estrelas de favela", colocando nas mãos de uma destas chamadas lideranças o papel de "salvar" a favela de algum problema, quando na verdade este deveria ser o trabalho do Estado.

A questão das lideranças comunitárias aparece com potência nas discussões na favela, à exemplo de uma fala de Chica da Rocinha, extraída de seu livro de 1986:

> Aqui [neste livro], vou ter espaço para dizer que o ato de tomar, só para si, o poder de liderança, pode ser a morte para uma comunidade. Sentir-se superior, dono da verdade, achando que sabe tudo e os outros não sabem nada, querendo aparecer, fazer seu nome, empolgando-se somente quando o fato lhe interessa ou ao seu grupo, desvalorizando outros trabalhos e pessoas. Isso é muito perigoso para a coletividade, pois ao invés de as pessoas serem conquistadas e convencidas a participar e colaborar, ficam desmotivadas, intimidadas. (Oliveira, 1986, p.11)

Cecília comenta que muitas vezes estes líderes comunitários fazem parte de um grupo elitizado "liderando pessoas que nem pediram para serem lideradas". Destacou ainda que não gosta de ser chamada de líder: "eu não lidero ninguém, gosto de dizer que trabalho nos bastidores da favela".

O Axé de Magda

O laço com o território sempre atravessou a vida de Magda Gomes. Neta de Zé Geraldo, rezador de um terreiro de Candomblé na parte alta da Rocinha, e sua esposa, matriarca da família – e o primeiro exemplo de liderança que Magda reconhece , Magda se torna a terceira geração de uma família de moradores da Rocinha. Seus avós foram parte dos primeiros grupos de moradores a chegar no

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

local, e seu barraco era grande para época pois eles eram muitos; tinham 14 filhos que viriam a gerar 42 netos.

> "Cresci neste lugar de quilombo, o espaço já era muito bem pensado. Minha família era pobre, tinha muita fome. Comíamos muita jaca, folha de jaca, porque tem muita jaqueira na Rocinha." (Magda Gomes, 10/01/2022)

Depois da morte de seu avô, parte da família mudou de religião e venderam o terreno onde ficava o terreiro. Com o aumento da criminalidade na Rocinha, sua avó acabou vendendo a casa e se mudou para o interior e Magda foi junto por 6 anos. Como sua mãe ficou na Rocinha em seu emprego como manicure, Magda passava suas férias da escola na favela.

> "Cresci entre roça e Rocinha. Lá não tinha luz elétrica. Quando vinha pra Rocinha me sentia o auge da metropolitana! Não sabia que [a Rocinha] era um espaço precarizado, comparava com o ambiente rural do interior. O que é um cano estourando quando tem que ir até o poço pegar água? Um monte de fios na rua se não tem luz elétrica na roça?" (Magda Gomes, 10/01/2022)

Foi na graduação como Engenheira Civil que começou a olhar a Rocinha e reconhecer suas faltas, que aquele território podia ser mais do que era: começou a pensar sobre saneamento básico, moradia digna, preservação do solo e da identidade. Entender-se como "sujeita política" veio ao enxergar que, com seu conhecimento, tanto acadêmico quanto empírico, ela podia fazer conexões com seu território, gerar mudanças práticas através de sua voz, uma trajetória que, não à toa, remete ao processo de sujeição de bell hooks.

> Este ato de fala, de 'erguer a voz', não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito. (hooks, 2019, p.39)

Foi com a vontade revolucionária de *erguer sua voz* que nossa protagonista começou sua jornada de fazer do território da Rocinha sua luta, expandir-se em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

corpo-território de luta feminina e feminista[27]. A ideia de discutir questões da favela, que já aparecia na mente de Magda desde 2013, se consolidou como prática de resistência política apenas alguns anos depois. O coletivo A Rocinha Resiste (ARR) nasceu a partir de reuniões entre Magda e mais quatro amigos que queriam um espaço para discutir sobre os direitos humanos dos favelados, principalmente à luz dos conflitos armados da intervenção militar e do processo das UPPs no bairro.

> (...) o engajamento para a participação é um processo contínuo e não linear, processual e inacabado, no qual os sujeitos históricos se constroem e reconstroem a cada instante. (Mayorga, 2011)

Compreendendo melhor sua relação com o território em que viveu a maior parte de sua vida, Magda se articulou politicamente para participar da mudança positiva na Rocinha. Aos poucos foram abrindo a roda de conversa à medida em que compreendiam que o alcance poderia ser ainda maior, incluindo mais moradores nas discussões, e convidando pessoas de fora da Rocinha para falar sobre temas do interesse da comunidade. O coletivo se concretizou então como um grupo de articulação política.

Em 2019, com as grandes enchentes que ocorreram no Rio de Janeiro, e que atingiram a Rocinha de forma violenta, sentiram a necessidade de sair do campo teórico e partir para a prática. O trabalho era reconhecer as famílias que mais precisavam de assistência para entregar cestas básicas e doações vindas de fora da favela. O mapeamento de 600 famílias se deu de maneira totalmente empírica, andando pelo território, observando quem parecia necessitar mais de ajuda, em seguida de conversas com os moradores, batendo de porta em porta.

O trabalho de Magda junto ao coletivo A Rocinha Resiste chegou até os moradores, incluindo-os em discussões sobre temas que dizem respeito à comunidade em que vivem, culminando em um exemplo de *prática sociopolítica de resistência*.

Michele, a comunicadora

[27] Magda Gomes não se autodeclarou feminista de nenhuma corrente em nossa entrevista. Aqui parto apenas do princípio básico do pensamento feminista, dos direitos iguais para todos os gêneros, que Magda defende em sua luta.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Michele passou a infância brincando nas ruas da Rocinha. Morava na parte alta do bairro, em uma casa pequena com seus pais e dois irmãos, e tinha acesso à mata, cachoeira, cresceu perto da natureza. Seus pais, mesmo não tendo estudo formal, sempre ressaltaram a importância da informação trazendo jornais para seus filhos lerem e comentarem. Ainda criança mudou-se para Vila Verde[28] quando ainda não tinha muita gente naquela área, e participou de vários mutirões dos moradores para abrir caminho na favela. Na época os moradores passavam batendo nas portas e chamando todos os vizinhos para abrir ruas, subir casas, fazer ligação com luz elétrica. Era comum que se chamasse a todos, e assim se conhecia a vizinhança e surgia um senso de comunidade.

Michele conta que esse tipo de mobilização comunitária sempre esteve presente em sua vida, e que por isso sua relação com o território é muito profunda. Aos 14 anos se envolveu com a rádio comunitária através de um amigo que trabalhava lá.

> "Na época, sem internet, as pessoas se comunicavam muito pela rádio da comunidade, mandavam mensagem de amor, músicas... Aí frequentando a rádio percebi que a prefeitura mandava informes. Coisas sobre vacinas, matrículas, documentos... coisas que as pessoas precisavam saber. A papelada ficava parada na rádio porque os locutores davam prioridade para os artistas e músicas." (Michele Silva, 13/01/2022)

Quando conseguiu acesso à programação, aproveitava os intervalos para falar de oportunidades de cursos, empregos, vagas em creches, informes da prefeitura, tudo que pensava ser do interesse dos moradores do bairro. O pensamento se estendeu para o seu blog, Viva Rocinha, criado em 2011 para falar das UPPs e levar notícias da Rocinha para quem estivesse interessado. No entanto, notou que o blog não atingia tantas pessoas quanto gostaria de atingir: a internet não era algo ainda totalmente difundido na favela e quem não tinha acesso, ficava de fora das notícias. Surge então a oportunidade de participar junto com seu irmão Michel Silva de uma oficina da Agência de Redes para Juventude, onde ganham um prêmio em dinheiro pelo projeto do Jornal Fala Roça, e assim conseguem fazer a primeira edição impressa.

[28] Vila Verde é um dos sub-bairros da Rocinha.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

O jornal passou a ser bimestral e todos que faziam o conteúdo eram voluntários, que se reuniam aos sábados para escolher as notícias e escrever. Hoje em dia deixaram de ser um coletivo e passaram a ser uma associação de informação, com cinco funcionários assalariados e uma rede de fotógrafos, designers e outros profissionais independentes. A linha editorial, desde o início, gira em torno da memória: as histórias publicadas são atemporais, focando em construir a identidade das pessoas faveladas e trazer representatividade, para que os moradores da Rocinha começassem a enxergar a si mesmos de forma diferente.

> "A gente não precisa reportar a violência, que passa no 'Cidade Alerta', porque tudo que acontece de violento lá dentro, chegam jornalistas de colete à prova de bala pra falar sobre." (Michele Silva, 13/01/2022)

A ideia do Fala Roça é contar as histórias que formam as pessoas e procuram não reportar histórias de violência, porque estas já lotam os jornais da mídia tradicional e ajudam a construir o estigma em torno da favela. Michele ressalta que

> "a mulher que te criou, as coisas que formaram seu caráter quando você era criança, é isso que vai formar a sua identidade." (Michele Silva, 13/01/2022)

Penso que a linha editorial do Jornal Fala Roça, escolhida por Michele e seus companheiros de fundação não por acaso ou despretensiosamente, exemplifica a importância das *políticas de reconhecimento cultural-valorativo das diferenças* propostas por Nancy Fraser. As injustiças culturais – muito embora na Rocinha seja difícil separar o que seria uma injustiça sociocultural do que se radica na estrutura econômico-política – reforçam a reputação ruim do morador de favela não apenas na cidade formal, mas podem enfraquecer a autoestima dos próprios favelados. A falta de representatividade na grande mídia afeta a imagem que os moradores da favela têm de si mesmos e a capacidade de enxergar um futuro diferente. As mulheres em especial, sob a sombra do machismo, se veem reduzidas à única escolha de cuidar da família, sem jamais conhecer a sua potência política.

> "[Muitas vezes] as pessoas em volta tinham autoestima muito baixa, não se achavam capazes de fazer muito mais." (Michele Silva, 13/01/2022)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Quando Michele foi para a faculdade estudar jornalismo e aprender sobre o que era comunicação, começou a entender que já fazia aquilo, de maneira orgânica, desde pequena, e que tinha um grande valor. Ela se orgulha de poder levar a comunicação para outras mulheres e, com humildade, comenta que não se acha melhor do que ninguém, mas que gosta quando outras pessoas olham para ela como uma referência. Michele e os irmãos são conhecidos na Rocinha como "os meninos do jornal". A jornalista é parte ativa da reconfiguração do território, levando informações sobre a comunidade até as pessoas.

Nos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia da COVID-19, o coletivo A Rocinha Resiste e o Jornal Fala Roça trabalharam juntos na distribuição de cestas básicas e itens de primeira necessidade, assim como máscaras e álcool em gel, para famílias da Rocinha. Estabelecidos no território da favela como instituições confiáveis, os dois coletivos políticos se tornaram, por alguns meses, uma grande rede catalisadora de doações vindas de fora da favela. Contavam também com a ajuda de outras instituições, como a Cruz Vermelha, Universidades como a PUC-Rio, e outras organizações parceiras. Segundo Michele, com o CNPJ ativo do Fala Roça, eles acabaram sendo uma das poucas associações na Rocinha aptas a receber essas doações, o que tomou muito tempo dos funcionários e fez com que quase paralisassem as atividades jornalísticas.

Figura 14: Voluntários fazendo a entrega das doações durante a pandemia da COVID-19, na Rocinha em 2020. Fonte: Rede Social do coletivo A Rocinha Resiste, 2020.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Magda conta que as 300 famílias mapeadas no início da pandemia para receber ajuda no final de 2021 já somavam mais de 6 mil pessoas. O coletivo ARR realizou entre os dias 19 e 20 de março de 2020 uma pesquisa ia formulário digital junto aos moradores para compreender o impacto da COVID-19 na favela e, assim, traçar as ações estratégicas (Observatório das Metrópoles, 2020). Com estas informações, junto aos dados de outras organizações, avaliaram as famílias que mais precisavam do auxílio e partiram para a ação.

> "Na pandemia tinha que ser um processo descentralizado, porque os voluntários podiam estar aqui hoje, mas não estar amanhã. Precisava de um projeto, não dava pra ir no calor da emoção, tinha que parar pra entender o tamanho da questão." (Magda Gomes, 10/01/2022)

Segundo o Jornal Fala Roça, 76% das pessoas atendidas pelas doações foram mulheres chefes de família com mais de um filho e sem renda (Fala Roça, 2020). A categoria das trabalhadoras domésticas teve um impacto especialmente forte quando mensalistas e diaristas foram dispensadas sem remuneração. Um comentário de Michele para o Jornal ressalta a importância das doações na vida destas mulheres: "O que seria da favela se não fossem os movimentos comunitários para tentar reduzir os danos causados? E, não só pela pandemia, mas também pelos problemas que se desenvolvem quando o poder público não faz o seu trabalho?" (Fala Roça, 2020).

> Políticas assistencialistas, oportunismo político, remoções e resistência marcam períodos que definem a favela enquanto um constructo sociopolítico repassado por indagações e controvérsias, que hoje está inter-relacionado com os demais espaços urbanos, em sua permanente luta por reconhecimento social. (Nunes, 2015, p.132)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Figura 15: Capa da edição 11 do Jornal Fala Roça, dos meses de maio e junho de 2021. Fonte: Jornal Fala Roça, 2021.

A política de manutenção da miséria que com frequência faz parte do planejamento do Estado é reflexo de uma sociedade calcada no sistema capitalista da produção do espaço urbano. O interesse em garantir o direito da favela, segundo mais de uma das entrevistadas, acaba aparecendo nas propostas de candidatos como um mero discurso eleitoreiro, a favela ficando invisível aos olhos do Estado logo após o período de eleições. Em 2022 – ano de eleições e, portanto, um ano importante do ponto de vista político – o ARR decidiu se afastar da distribuição das

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

doações, que não é a primeira finalidade do coletivo, e voltar a focar na articulação política.

A Baiana Cecília

Depois de 22 anos de Rocinha, Cecília decidiu se mudar. Não porque não gostasse, mas por um problema de saúde, nos joelhos, que dificultava a subir e descer o morro.

> "Ainda acho que existe solidariedade na Rocinha, não foi isso que me fez deixar, sempre que eu puder ajudar vou estar lá presente. Tá surgindo uma nova onda de mulheres, que gostam de ajudar, ajudam uma a outra." (Cecília Lagos, 14/01/2022)

Em 1989 chegou na Rocinha com marido, uma filha e o sonho de conseguir comprar sua casa. Aos poucos comprou e reformou seu barraco na Vila Verde, onde morou até sair da Rocinha. A vida de trabalho comunitário começa quando, procurando uma creche, conhece a ASPA – Ação Social Padre Anchieta, e ali consegue emprego como tesoureira, estudo para sua filha e uma comunidade de mulheres que tinham vontade de se ajudar. O primeiro grupo que participou se chamava o Grupo de Mulheres Solidárias e começou com um projeto que reunia as mulheres para discutir assuntos do dia-a-dia delas, inicialmente sobre os direitos das empregadas domésticas. Muitas das participantes eram mães que precisavam trabalhar, então conseguiram uma pequena verba através da ASPA para colocar uma pessoa cuidando das crianças enquanto as reuniões aconteciam à noite.

> "Existem muitos grupos femininos de discussões hoje em dia, mas nossos assuntos tinham que surgir das mulheres da favela. Convidamos pessoas pra falar sobre os assuntos, acabamos chegando na violência doméstica e vimos que tinha que trazer especialista nessa temática. Uma vez levamos um grupo para falar sobre sexualidade, e uma mulher conseguiu até se abrir sobre sua experiência com aborto. Quando tinha verba, levávamos as mulheres pro teatro, pique nique. Sinto falta deste trabalho." (Cecília Lagos, 14/01/2022)

Os trabalhos continuaram junto à ASPA, com aulas de corte e costura, que deram uma nova capacidade como costureiras à mulheres antes desempregadas. A venda dos produtos em feirinhas tinha os lucros revertidos para as próprias costureiras e se tornaram fonte de renda. Alguns anos depois, foi dispensada do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

cargo de tesoureira. Sentiu a necessidade de retomar seus estudos para conseguir um novo emprego.

> "Me sentia inferior as pessoas por não saber as coisas. Voltei a estudar, terminei o ensino fundamental no supletivo, e depois parti para o ensino médio. Consegui me formar na faculdade, em Serviço Social pela PUC. No dia da minha formatura, um amigo me falou para levar o currículo no escritório do PAC, porque as obras iam começar. Aí eu levei, o 'não' eu já tinha. Aí logo fui aceita." (Cecília Lagos, 14/01/2022)

Seu trabalho no PAC foi na função de realocação de famílias para as obras. Ela diz que não era um trabalho "bonito" pois a dificuldade de ver pessoas tendo que deixar suas casas era grande, mas sabia que se desse seu melhor conseguiria ajudar muitas pessoas.

Sua relação com o território da Rocinha resultou em um livro discutindo a participação das mulheres na construção do espaço em favelas. Junto à uma museóloga, apresentou em um edital do Ministério da Cultura a proposta de fazer um estudo sobre mulheres de favela, na Rocinha e no Horto. O projeto foi premiado e recebeu uma verba, que foi usada na pesquisa e produção do livro.

Cecília ressalta que, ao escrever sobre a história da Rocinha, queria exaltar mulheres que nem sempre estão na mídia, figuras dos bastidores que são igualmente importantes na formação do território. Buscou mostrar que a representatividade é importantíssima no meio acadêmico, e que *erguer a voz* de mulheres "comuns" faz com que elas se sintam parte do eixo de mudança.

O Espaço Aberto de Yolanda

Nascida na Cruzada São Sebastião, Yolanda chegou na Rocinha após a separação de seus pais em 1998. Conheceu a Dança Afro ainda na Cruzada, mas foi quando se afastou da Faculdade de próteses dentárias e começou a dar aulas de dança em uma academia na Rocinha que sua participação na comunidade começou a ganhar tração.

Com uma formação junto a grandes professores do Ballet Clássico, como Mercedes Batista, primeira bailarina negra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Yolanda conseguiu emprego como professora de dança dentro e fora da favela, e conquistou prêmios em festivais e competições com seus alunos. Em suas aulas, conheceu um casal de espanhóis que a convidaram para dançar em Barcelona por

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

três meses, e assim partiu para Europa pela primeira vez. A mesma preocupação citada por Michele Silva, sobre a entrada dos jovens para o tráfico, foi vivida por Yolanda quando chegou de sua viagem: seus alunos da Rocinha estavam dispersos, entraram para o tráfico ou para prostituição. Com o dinheiro ganho em Barcelona alugou um imóvel e começou a resgatar as crianças e adolescentes através da dança. O nome Espaço Aberto surgiu pela vontade de Yolanda em oferecer um ambiente integrado, de dança e socialização, onde os jovens se sentissem seguros para discutir assuntos de suas vidas, as dificuldades em casa e na escola, questões sobre política e sexualidade.

> "Aqui sempre foi um lugar de conversa além de dança. Eu procuro deixar eles à vontade para discutir os assuntos da comunidade, as dificuldades que estão passando. Aqui estamos formando futuros cidadãos através da dança." (Yolanda Demétrio, 23/11/2021)

Em 1999 recebeu uma bolsa de estudos para se formar em uma escola de Ballet na Catalunha e deixou o país por 4 anos, a escola ficando nas mãos de outros professores, mas sem seus olhos atentos, o projeto não funcionou.

> "As alunas pararam de vir porque estavam se prostituindo dentro da Rocinha, sendo molestadas, alunos roubando, entrando pro tráfico. Eu não dormia. As coisas que me falavam daqui do Brasil, eu não conseguia dormir. Acabei reprovando no curso e tive que ficar mais tempo na Espanha." (Yolanda Demétrio, 23/11/2021)

Ao retornar ao Brasil pela segunda vez, já não tinha como alugar um novo espaço, e por algum tempo trabalhou para outras escolas de dança, mas sentia falta de fazer do seu trabalho mais do que o ensino da dança. Foi quando uma socióloga americana, vinda de Harvard para fazer trabalho de campo em favelas no Brasil, assistiu a uma apresentação e se apaixonou pelas coreografias de Yolanda. Jennifer Wiyn escreveu uma matéria para a revista *Dance Harvard* que chamou atenção dos alunos da universidade e trouxe turistas para a Rocinha e para as aulas de dança. Jeniffer conseguiu arrecadar junto aos seus colegas uma parte do dinheiro para que Yolanda comprasse um imóvel para reabrir a escola. Com o resto do dinheiro conquistado através de doações e revenda de artigos da Copa do Mundo de 2006, o Espaço Aberto tinha uma nova casa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Com poucos meses, a escola precisou fechar novamente. As operações da UPP estavam em seu auge na Rocinha, com conflitos armados entre polícia e tráfico. Durante um destes conflitos, uma granada lançada pela polícia atingiu o telhado do imóvel e abalou a estrutura.

> "Eu estava ouvindo os helicópteros da polícia, estava achando aquilo estranho e resolvi acabar a aula e sair com as crianças, mandar elas pra casa mais cedo. Nem cinco minutos depois ouvi um barulho muito alto, não sabia o que estava acontecendo. A granada caiu bem no nosso telhado, nem imagino o que teria acontecido." (Yolanda Demétrio, 23/11/2021)

O imóvel foi parcialmente liberado para uso por uma engenheira, no entanto, a estrutura precisa de reformas. A escola guarda todo o acervo de figurinos doados por Mercedes Batista, além de ser usada para distribuição de cestas básicas para os familiares das bailarinas, mas Yolanda não se sente segura em voltar com as aulas.

> "Dá pra ver a rachadura onde a granada caiu. Não me sinto segura de trazer minhas alunas pra cá, mas não temos dinheiro para a reforma. Como vou dar aula com as bailarinas saltando? Na Dança Afro temos alto impacto. Não tenho como garantir a segurança das crianças aqui." (Yolanda Demétrio, 23/11/2021)

Atualmente o Espaço Aberto funciona na Estrada da Gávea, em um imóvel alugado. Em visita ao local, as crianças contaram sobre o impacto da dança em suas vidas dentro e fora da sala de aula: a melhora na comunicação com a família, o aprendizado sobre como trabalhar em conjunto e as descobertas sobre si mesmas. A importância do Espaço Aberto ficou nítida na fala dos meninos e meninas, que se sentiram à vontade para discutir sobre assuntos e delicados mesmo na minha presença como pesquisadora.

> "Minha mãe era um pouco preconceituosa, ela é da igreja e não gostava de pessoas de outras religiões. Um dia em uma apresentação nós abrimos com uma coreografia que a gente tem de Dança Afro, que tem muitas conexões com a cultura Africana. Quando a minha mãe viu aquilo, ficou encantada, foi a dança favorita dela. E hoje em dia ela entende melhor, é mais aberta às religiões de raízes africanas, a dança expandiu a mente dela." (Estudante de dança do Espaço Aberto, 23/11/2021)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

> “Meu pai não me deixava fazer dança no início, falava que dança era coisa de menina. Tentei de todas as formas explicar para ele que a dança é para todos e que eu amo dançar, me sinto bem. Consegui convencer ele a me deixar vir até a apresentação no C4, e aí ele poderia me assistir e ver como era. No dia da minha dança ele ficou emocionado, e disse que entendeu que a dança era para mim também, e que eu era bom nisso.” (Estudante de dança do Espaço Aberto, 23/11/2021)

“Erguer a voz” é um ato aliado à coragem e muitas vezes a mulher da favela faz o papel de criar um espaço confortável para que o outro possa encontrar sua própria voz. A ação comunitária de Yolanda permite que a dança vire ato político e ajude os jovens a encontrarem seu posicionamento na comunidade.

Figura 16: Yolanda Demétrio ao lado de alunos no Espaço Aberto, na Rocinha, 2021.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

4.3
Mulher de favela, mulher da Rocinha

Durante as entrevistas, embora tenha sido elaborado um questionário estruturado, a intenção não foi de coletar informações de maneira sistematizada, mas obter as histórias pessoais de luta através do testemunho das protagonistas. As

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

perguntas presentes no questionário serviram como guia para a conversa, uma ferramenta para que eu, como pesquisadora, conseguisse organizar as informações que a mim chegavam. Dentre essas perguntas, destaco uma como mais importante:

O que significa ser mulher no território da favela?

A partir dessa pergunta, as protagonistas fizeram reflexões distintas, mas que de maneira conjunta, passavam pela ideia do *corpo-território* feminino e das invasões que sofrem sendo mulheres faveladas. Para Magda, ser mulher de favela vem com uma sensação de pertença que traz segurança.

> "Eu gosto muito da madrugada. Saio três horas da manhã pra tomar um suco na frente de casa. Nem sei se minha porta tá fechada ou tá aberta. Me sinto segura de que não serei estuprada, que não serei roubada, *não sou um corpo estranho*. Porque sou uma mulher preta. O que é uma mulher preta andando em Ipanema e o que é uma mulher preta na Rocinha às três horas da manhã?" (Magda Gomes, 10/01/2022)

Nas palavras de Milton Santos, "O território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence" (Santos, 2006 *apud* Nunes, 2015, p. 53), e no caso das mulheres o *não-pertencimento* também pode deixar marcas, no corpo e na experiência territorial. Não se sentir um *corpo estranho* está mais ligado a uma questão identitária do que à ideia de segurança garantida pela polícia, pelo Estado. O pertencimento ao território de favela está relacionado à cultura, ao modo de vida das mulheres que ocupam um lugar de segregação perante outros espaços da cidade. Fora da favela, a sensação de estar sempre sendo observada que as acompanha é o retrato da sociedade que estigmatiza mulheres pobres e não brancas, onde nem todos os territórios garantem liberdade ao seu corpo. Michele relata que a imagem que os outros tinham dela podia mudar dependendo de onde estava:

> "Passei por uma coisa complexa: quando era mais nova eu era muito da leitura, gostava muito de ler, de estudar. Lá [na favela] tem muitas pessoas que não se identificavam muito com essa postura. Ganhei uma bolsa numa escola particular, e lá eu era a favelada, enquanto na favela eu era a patricinha." (Michele Silva, 13/01/2022)

O direito à cidade está intimamente conectado com o direito de ir e vir, e também com o acesso à saúde e lazer. Yolanda comenta, durante a aula de alongamento para idosos, que as mulheres deixem seus corpos de lado, e a saúde se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

deteriora: as mães e avós que trabalham, cuidam das crianças e da casa não conseguem tempo em sua rotina para se exercitar. Resgatar este hábito nas senhoras idosas é um dos objetivos do Espaço Aberto.

> "Olha Dona Ana [aluna idosa], que linda! Ela tem bastante alongamento! Tem que manter isso, as mulheres aqui na Rocinha ficam sem tempo para o corpo. Essa é a única vez que a Dona Ana faz exercício na semana, e as vezes falta porque precisa buscar o neto." (Yolanda Demétrio, 23/11/2021)

Cecília lamenta que na favela muitas vezes as coisas são construídas de forma a não modificar a situação do morador. A pressão social que as mulheres sofrem pela dupla ou às vezes tripla jornada de trabalho é ainda mais intensa em um território onde se carrega o fardo de ser "meio cidadã". Conta de uma ocasião em que sentiu forte o estigma de ser moradora da favela, somado ao peso da sociedade patriarcal:

> "Trabalhava numa empresa de engenharia e fomos chamados para fazer um levantamento na Região Serrana. O diretor falou que levaria as pessoas de carro, uma funcionária morava no Leblon, a outra em Ipanema. Falei que morava na Rocinha. A partir daquele dia ele começou a me tratar completamente diferente, me passar menos trabalho, porque se sou mulher de favela, sou um pouco menos inteligente." (Cecília Lagos, 14/01/2022)

A dupla jornada de trabalho pesa sobre os ombros das moradoras da favela, e de forma ainda mais dura sobre as mulheres-mães. Cecília conta que quando chegou na Rocinha, teve dificuldade de achar um emprego pois não tinha como deixar sozinha sua filha pequena.

> "A creche não tinha vaga para minha filha, mas eu precisava colocar ela, porque eu sabia que tinha que trabalhar. Eu ia lá todo dia pra ver se abria vaga. Conheci a diretora [da creche] e batia na porta dela todo o dia pra saber se ela precisava de uma limpeza, de algum serviço. Por insistência, consegui a vaga da minha filha, e depois um emprego como tesoureira." (Cecília Lagos, 14/01/2022)

Muitas vezes os moradores da favela não conhecem seus direitos, por terem sido expostos aos fatores de exclusão social durante muito tempo. A negação do direito à cidade e a fragilidade do direito da favela coloca principalmente as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

mulheres faveladas em situações de desigualdade de renda, habitação, educação, trabalho, saúde e segurança. Michele comenta sobre a importância de tomar consciência de seus direitos em sua ação para a modificar seu território:

> "Acho que quando era pequena eu tinha a 'benção da ignorância'. Quando você não sabe muito dos seus direitos... por muito tempo eu não sabia nada sobre machismo. Ficava muito nas redes sociais e quando entrava em discussões os xingamentos eram sempre relacionados ao gênero, tipo 'marmita de bandido'. Quando comecei a ter acesso ao que era direito, as questões do que era viver na favela, já era adulta. O que fiz antes, foi muito mais intuitivo do que com a noção dos direitos que estava perdendo." (Michele Silva, 13/01/2022)

A violência machista passa por várias nuances, desde a mudança de tratamento no ambiente de trabalho, até a violência física. Desde 2006, o Instituto de Segurança Pública (ISP) vem catalogando dados da violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro, que são disponibilizados todo o ano no Dossiê Mulher[29]. No estado, é preocupante o número de casos de violência doméstica, com 75,2% das vítimas tendo pessoas conhecidas como seus agressores em 2019. Mais da metade das 128.322 vítimas deste ano foram mulheres negras entre 30 e 59 anos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

[29] Notas metodológicas sobre os dados do Dossiê Mulher: A análise dos dados no Dossiê Mulher leva em conta o número de mulheres vítimas, que pode ser maior do que o número de ocorrências registradas, dado que em uma única ocorrência pode haver mais de uma vítima. Quanto à qualificação da violência doméstica em âmbito doméstico e familiar, o ISP qualifica as ocorrências de acordo com a competência de duas leis: Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, também conhecida como Lei dos Crimes de Menor Potencial Ofensivo) e a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Fonte: Dossiê Mulher. Instituto de Segurança Pública. Disponível em: < http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Mulher.html>. Acesso: 10 mar. 2022.

Figura 17: Gráfico sobre violência no âmbito doméstico e familiar, retirado do Dossiê Mulher 2020, realizado pelo Instituto de Segurança Pública. Fonte: Dossiê Mulher, 2020.

Para a área da favela da Rocinha, estão disponíveis dados desde o ano de 2014, e mostram um número de 2647 casos de vítimas de violência (entre os anos de 2014 e 2019). Os dados mais recentes, do ano de 2019, demonstram que mais da metade destas mulheres foram agredidas por conhecidos, dentro de sua residência.

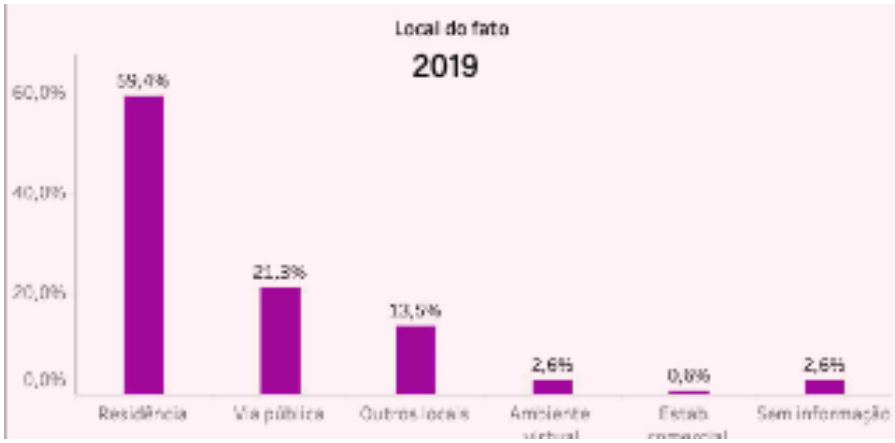

Figura 18: Dados da violência contra a mulher quanto ao local, na área da Rocinha no ano de 2019. Considerando todos os tipos de delito. Fonte: Dossiê Mulher, 2020.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Figura 19: Dados da violência contra a mulher quanto à forma, na área da Rocinha, no ano de 2019. Considerando todos os tipos de delito. Fonte: Dossiê Mulher, 2020.

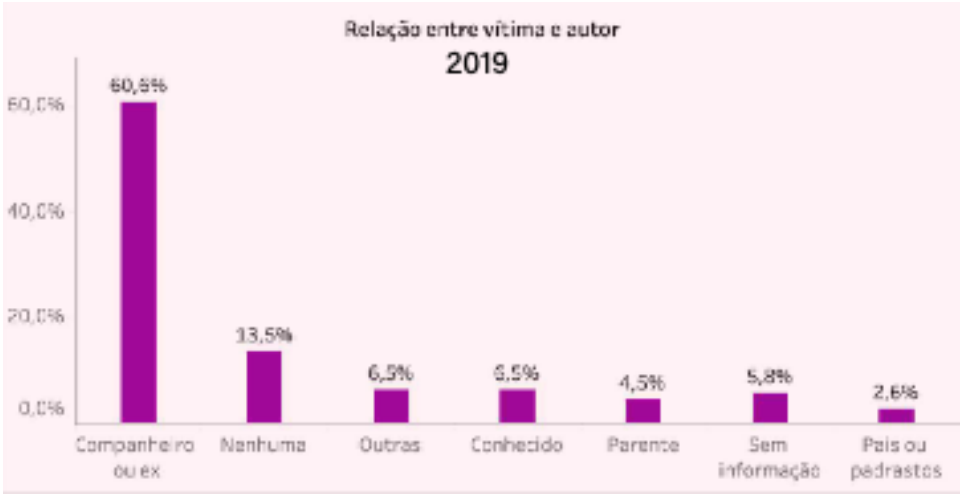

Figura 20: Dados da violência contra a mulher quanto à relação entre vítima e agressor, na área da Rocinha, no ano de 2019. Fonte: Dossiê Mulher, 2020.

Michele comenta sobre a violência na Rocinha, destacando que a agressividade algumas vezes vinha da própria polícia.

> "A polícia me parava dentro da Rocinha pra me revistar. Eu pensava 'porque eles podem mexer nas minhas coisas?' Aí eu questionava e gerava tumulto. Comecei a não querer andar mais sozinha, como uma auto-censura. Abri mão de coisas que na época me fizeram falta por causa disso [violência]." (Michele Silva, 13/01/2022)

Sobre a violência do tráfico algumas das entrevistadas manifestaram tristeza por ver tantas crianças envolvidas, e comentam a dificuldade de criar filhos com a exposição ao crime:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

> "Fomos [Michele e os irmãos] criados soltos, mas sempre com a proteção atenta dos nossos pais. A preocupação com os meninos era se vai virar bandido, mas com as meninas era se vai virar mãe na adolescência." (Michele Silva, 13/01/2022)

> "Hoje em dia tem uma mudança no tráfico. Hoje é uma indústria, os trabalhadores são transferidos de um lugar para o outro. Não é mais o traficante que conhecia todos os moradores [da Rocinha]. Ficou mais perigoso. (...) Criei meus filhos na Rocinha, tinha preocupação das minhas meninas não se envolverem com traficantes. Eu era carrasca [ela ri]! Vigilância constante. As minhas filhas aprontavam, eu acabava sabendo. Um dia falaram: 'vi sua filha lá no Beco do Rato.' Era pra ela estar na escola, liguei correndo pra escola pra ver o que estava acontecendo!" (Cecília Lagos, 14/01/2022)

> "O 'movimento' tá em todo o lugar aqui na Rocinha, eles sabem quem é da favela e quem não é. Ainda agora passamos por uns meninos do 'movimento', mas acho que você [a autora] não percebeu" (Yolanda Demétrio, 23/11/2021)

Durante a pandemia do COVID-19 que chegou ao Brasil em 2020, foi necessária uma atenção dos gestores para as mudanças na dinâmica da saúde pública, mas também para as questões sociais. O isolamento social foi decretado pelo governo do estado do Rio de Janeiro como medida preventiva para o espalhamento da doença no dia 13 de março de 2020. O ISP começou a monitorar e analisar os dados da violência doméstica e familiar contra a mulher no período de isolamento social[30] com a intenção de fornecer informações e dados qualificados para o enfrentamento e prevenção da violência, e para a proteção das vítimas.

Segundo o ISP, no período do isolamento social (13 de março a 31 de dezembro de 2020), houve queda em relação ao mesmo período de 2019 nos registros de ocorrências da Polícia Cívil. O número de ligações para o Disque Denúncia sobre violência contra a mulher também diminuiu, em 20,3%.

O que então significa ser mulher no território da favela?

A pergunta não tem uma resposta única, mas diversas possibilidades que se complementam, garantindo que a marca feminina no território seja uma que engloba *coletividade* e *resistência*.

[30] Os números são monitorados a partir dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil, Ligações do Serviço 190 e Ligações do Disque Denúncia. Fonte: Instituto de Segurança Pública, 2022. Disponível em: http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/monitor/index.html. Acesso em: 10 mar. 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Ser mulher de favela é enfrentar a violência, mas também se sentir segura no lugar onde mora. Pode parecer contraditório, no entanto são as fibras que compõem o tecido de um território complexo, mas sistematicamente deixado de lado pelo resto da cidade. Na favela é possível *pertencer*, mas temer pela segurança: da saúde, da fome, do abuso sexual, enfim, do *corpo-território*.

Segundo Cecília, ser mulher de favela é "Matar um leão por dia": a pressão social enfrentada para trabalhar e cuidar da família, junto à violência, o peso dos direitos frágeis e o desdém do Estado se tornam uma tarefa homérica, mas que estas mulheres desempenham com firmeza. Mesmo com um cotidiano bruto e difícil, elas erguem suas vozes para denunciar os preconceitos que as privam de desfrutar de sua cidadania.

Ser mulher na favela é contar com uma rede de ação comunitária, de pessoas com vontade de ajudar e mudar sua comunidade, sem deixar de lado a identidade do território. A participação comunitária conta com pesado apoio, não só das protagonistas desta dissertação, mas de outras tantas mulheres que buscam conhecer e lutar por seus direitos incansavelmente, na Rocinha e em outros assentamentos do Rio de Janeiro. A territorialidade feminina se efetiva nas marcas e na mudança deixadas pelas mulheres na favela.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

5.

Considerações finais

Este trabalho buscou responder aos seguintes questionamentos: a mulher moradora de favela tem capacidade de reconfigurar o território de forma a melhorar a vida e o cotidiano do lugar onde vive e atua socialmente? Quais as formas como se dá essa influência, e como a violência, a ausência do Estado e as marcas da sociedade patriarcal a delimitam?

Desde o início foi importante tomar como base a teoria feminista para articular e criticar os pensamentos sobre o espaço urbano, e buscar uma forma mais justa e atenta ao recorte de gênero. Como visto no capítulo 2, dentro desta teoria, me alinhei ao feminismo negro, com protagonismo de bell hooks, no intuito de priorizar estudos que valorizasse a transformação coletiva em detrimento da individual.

Se as reivindicações feministas ao final do século XIX tinham foco em desmantelar os obstáculos da desigualdade de gênero, hoje em dia esta ótica precisa abarcar mais do que apenas um objetivo. O feminismo interseccional reconhece de maneira mais ampla que os fatores de vulnerabilidade varia entre mulheres de diferentes raças, classes, sexualidades e religiões. Hooks (2020) critica as culturas ocidentais, nas quais o pensamento neocolonial dita o tom de muitas práticas culturais. Torna-se importante em um mundo globalizado operar fora dos padrões do sistema patriarcal capitalista de supremacia branca (hooks, 2019a; 2019b; 2020) para alcançar lutas em escala global e acabar com a exploração e opressão sexista.

> Quando questões são abordadas desta maneira, o imperialismo ocidental não é resgatado, e o feminismo não pode ser apropriado pelo capitalismo transnacional como mais um produto luxuoso do ocidente que mulheres em outras culturas devem lutar para ter o direito de consumir. (hooks, 2020, p. 79)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Hooks também faz uma crítica ao feminismo das mulheres brancas que muitas vezes toma para si todo o protagonismo e deixa de lado a classe trabalhadora. A autora ressalta que mulheres com privilégio de classe e com alto nível de educação tiveram a liberdade de lutar e escolher trabalhar, enquanto as de classes mais baixas só tiveram acesso a trabalhos de mão de obra não qualificada e pouco remunerada.

> (...) somente mulheres privilegiadas tiveram o luxo de imaginar que trabalhar fora de casa iria realmente proporcionar ganho suficiente para permitir que fossem economicamente autossuficientes. As mulheres da classe trabalhadora já sabiam que o salário recebido não iria libertá-las. (hooks, 2020, p. 67)

Para discutir o importante papel da mulher como ativista social e política dentro do território da favela e me aproximar do conceito proposto de territorialidade feminina, primeiro foi necessário explorar no capítulo 3 os conceitos de território, territorialidade e corpo-território.

Falar de território é, necessariamente, falar de poder. (Haesbaert, 2020). A dualidade do conceito de território está no fato de que ele pode reforçar as relações de dominação que marginalizam grupos minoritários enquanto simultaneamente inspira identificação de quem o habita (Haesbaert, 2007). A lógica capitalista hegemônica valoriza a dimensão material do território em detrimento da apropriação afetiva e cultural dele, em um processo que aprofunda esta dominação sobre os grupos minoritários, enfraquecendo-os cada vez mais politicamente. A territorialidade é o território somado à sua dimensão imaterial, da cultura e da identidade de um povo. A dimensão "vivida" do espaço físico territorial exerce grande peso na sociedade (Haesbaert, 2007).

Na contramão do pensamento capitalista dominante, feministas latino-americanas vêm discutindo o *corpo-território*: corpo e território como categoria de análise única, que abarca não apenas um indivíduo, mas também o emaranhado de suas questões e vivências, identidades e ferramentas de luta (Haesbaert, 2020). O espaço urbano capitalista e patriarcal delimita o *corpo-território* feminino ao perpetuar o mecanismo que naturaliza a diferença de poder político entre homens e mulheres. O conceito de *corpo-território* fala também de uma identidade comunitária, que sempre coloca o pensamento do comum como parte importante da formação da sociedade. Esta ideia vai de encontro ao pensamento de hooks na

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

busca por operar fora dos padrões do sistema dominante, observando e valorizando a dimensão afetiva e cultural de cada comunidade (em hooks, esta dimensão cultural é discutida em termos de sexo, raça e classe).

Lefebvre (2008 [1970]) cunhou o conceito de *direito à cidade* a partir de uma análise sobre o espaço urbano que critica a lógica capitalista do uso do espaço como acumulação de capital. O espaço urbano é o lugar de troca, da luta por direitos, ou seja, do exercício pleno da cidadania. O direito à cidade corresponde ao direito do indivíduo de transformar e usufruir do espaço urbano de forma democrática, através de um valor de uso em oposição ao valor de troca.

A construção de um espaço urbano alinhado com a busca ativa pelo direito à cidade perpassa a tentativa de combater a injustiça social através de uma reestruturação político-econômica na forma de *redistribuição dos bens sociais,* quanto uma mudança dos paradigmas de *reconhecimento cultural-valorativo das diferenças* (Fraser, 2006). O pensamento de Fraser (2006) sobre as políticas de *reconhecimento* segue na mesma linha da discussão sobre a valorização da dimensão afetiva do território, discutida em Haesbaert (2020).

O Estado brasileiro não é capaz de suprir as demandas de *reconhecimento* e *redistribuição* que vem das camadas mais pobres da sociedade. Estado e capital são aliados no modo de produção do espaço que aprofunda sistematicamente as desigualdades sociais (Harvey, 2005). A mulher na sociedade patriarcal é colocada à margem do direito à cidade, pois é enfraquecida ao se expressar social e politicamente dentro desta lógica.

Também à margem do direito à cidade fica o direito da favela, que é a luta dos moradores de favelas brasileiras pelo direito de habitar a cidade e exercer cidadania plena. O termo “favela” foi definido pelo IBGE em 1950, (Coutinho, 2022). A favela é uma resposta à demanda de espaços formais de habitação pela classe mais pobre, somada à incapacidade do Estado em promover políticas públicas habitacionais eficazes para esta camada da população. O direito da favela está associado à busca por meios de suprir estas demandas, através principalmente das associações de moradores, que tem autoridade similar àquela dos cartórios (Vigário et al., 2020).

Analisando a vida das mulheres na favela da Rocinha nos deparamos os dois tipos de injustiças sociais estudados por Fraser: as injustiças econômicas, que se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

assemelham às disputas de classe marxistas e pedem políticas de *redistribuição* dos recursos, e injustiças culturais-valorativas, que clamam pelo *reconhecimento*.

O processo de exclusão territorial e desigualdade social recaem com ainda mais peso sobre as mulheres da favela, que representam um *corpo-território* político em uma condição de extrema subalternização, o que as projeta para a luta por seus direitos nas mais diversas maneiras. Este combate ganha força nas organizações de base comunitária e nos processos participativos, que consolidam o poder que a comunidade local tem de modificar o espaço.

A favela da Rocinha foi escolhida pelo importante papel da mulher como ativista social e política desde o início da formação do assentamento. No capítulo 4, a história da formação da Rocinha foi apresentada com o olhar das mulheres que configuram o espaço da favela a seu favor através de um fazer coletivo, neste território que carrega em si um longo histórico de participação comunitária. Ao rever a história do bairro é possível perceber que elas vêm trabalhando em prol do acesso à cidadania, principalmente na busca por melhorias no saneamento básico e na educação.

A Rocinha, que ainda é considerada uma das maiores favelas da América Latina, tem o início da sua formação datado por historiadores a partir da década de 1920 (Lima Neto, 2015). O loteamento da favela da Rocinha foi feito de forma irregular (como visto no capítulo 4), aproveitando a valorização do local. O bairro da Gávea, que teve um *boom* industrial no início do século XX (Comelli, 2021), começou a gerar empregos e, por consequência, os trabalhadores começaram a ocupar informalmente as áreas próximas, dada a falha do Estado em produzir políticas públicas habitacionais suficientes para a demanda da classe trabalhadora.

No contexto da favela, a exposição da população a fatores de exclusão social, como habitação digna, saúde e educação, caracterizam o frágil acesso ao direito à cidade. A partir dos anos 1980, com a aprovação da nova Constituição Federal no Brasil, as políticas de urbanização dos assentamentos precários começaram a mudar e o direito à cidade é consagrado pela instituição da função social da propriedade, regulamentada em 2001 no Estatuto da Cidade (Coutinho, 2022). Ainda assim os moradores de favelas ainda estão extremamente vulneráveis socialmente, excluídos do seu direito de participar da cidade de forma plena. O bairro da Rocinha, situado entre dois bairros considerados “nobres” da cidade do Rio de Janeiro, deixa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

escancarada esta vulnerabilidade e os riscos sociais e ambientais que ameaçam os moradores.

A dimensão imaterial do território criada e modificada pelas mulheres da favela está intimamente conectada com o sentimento de pertencer e lutar pelo direito da favela. A *territorialidade feminina* é a identidade unida ao território em uma relação de resistência e comunidade que caracteriza a luta diária da mulher contra o *sistema.*

Para finalmente demonstrar a territorialidade feminina na prática, foi realizado um estudo de campo na Rocinha, no qual foram entrevistadas 4 mulheres que participam ativamente no diálogo social e político da favela. Foi elaborado um questionário estruturado para guiar estas entrevistas, sem a intenção coletar informações quantitativas ou sistematizadas, mas sim de tentar abarcar a vivência destas líderes comunitárias em uma compreensão ampla do *corpo-território* da mulher favelada.

Com o início da pandemia da COVID-19, o trabalho de campo pretendido desde o início da elaboração desta pesquisa foi colocado entre parênteses, dada a situação única em que a maior parte do planeta se encontrava ao longo de 2020. A observação participativa se deu pela internet, nos grupos de conversas por aplicativo dos coletivos, aos poucos buscando entrar naquele mundo da participação coletiva dos moradores da Rocinha. Somente no segundo semestre de 2021 foi possível participar presencialmente de reuniões e encontros com as mulheres que conhecia apenas através da tela.

A maioria das entrevistas/conversas desta dissertação se deram de forma online. Ainda assim, foi possível compreender a dimensão territorial da atuação das mulheres de favela na Rocinha. Magda, Michele, Cecília e Yolanda tiveram grandes impactos na vida e no cotidiano de suas comunidades e lutaram, cada uma de sua forma, pelo maior acesso aos seus direitos, seja como mulheres ou como moradoras da favela.

Quais são, então, as ações práticas que as moradoras da favela utilizam para reconfigurar o território? Durante o estudo de campo, encontrei a participação comunitária e as práticas sociopolíticas de resistência como categorias de análise da ação feminina na favela.

Dentro do tema da *participação comunitária*, destaco o trabalho de Cecília junto à ASPA na capacitação de mulheres desempregadas com habilidades de corte

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

e costura, garantindo assim uma fonte de renda. O Grupo de Mulheres Solidárias da ASPA estendeu o direito à cidade até as mulheres da comunidade ao possibilitar o acesso ao lazer: o exercício da cidadania plena muitas vezes fica distante de quem tem uma dupla jornada de trabalho. O exemplo de Cecília evidencia um dos mecanismos de defesa e organização usados pelas mulheres de favela para criar um território em que se possa viver e prosperar, através da ajuda mútua e participação ativa na comunidade.

O Espaço Aberto de Yolanda trouxe para a comunidade um lugar de dança e socialização, onde os jovens se sentem seguros para discutir assuntos da comunidade. A participação comunitária de Yolanda se mostra em sua doação e cuidado ao receber os jovens na escola e compartilhar com eles não apenas a dança, mas também o conhecimento de seus direitos como cidadãos.

Yolanda conseguiu tornar o espaço uma âncora, que mantém os jovens e adultos que o frequentam seguros e conectados com a vida em comunidade.

Em relação à análise das *práticas sociopolíticas de resistência* feminina nos processos políticos dentro da favela, ressalto Magda e Michele, mulheres em papéis de liderança em coletivos e ONGs da Rocinha. Ambas se posicionam politicamente e erguem as vozes para debater as questões socioeconômicas do bairro.

Magda tem raízes no território da Rocinha que se estendem até seu avô: sua existência já era política desde criança, em uma família grande com debates internos sobre religião e memória. A compreensão de si como sujeito político inserido na sociedade veio ao se tornar engenheira e reconhecer as faltas da Rocinha em questões de saneamento básico e moradia digna, diante da potencialidade que o território tinha de ser mais do que era. Ao fundar o coletivo A Rocinha Resiste, que se estabeleceu como um grupo de articulação política, Magda criou na favela um espaço de diálogo. O ARR alcançou os moradores, expandindo a roda de conversa para tratar sobre temas do interesse na comunidade e desta forma se tornou um exemplo concreto de *prática sociopolítica de resistência*.

Nesta mesma direção, o Grupo de Mulheres Solidárias criado por Cecília junto à ASPA também foi um posicionamento político, que muniu as moradoras da Rocinha com informações ao discutir assuntos dos direitos das mulheres, como a sexualidade, e criou um espaço seguro para quem precisasse de ajuda.

Com sua infância envolta em mobilização comunitária e a vontade latente de disseminar as notícias da favela, Michele se tornou jornalista e fundadora do Jornal

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Fala Roça. Foi sua relação com o território que moldou sua paixão por contar histórias que constroem a identidade da Rocinha. Em seu papel como comunicadora, ela é parte ativa da reconfiguração do território quando leva o poder da informação até as pessoas. A informação é uma ferramenta de mudança importantíssima na luta pelos direitos, e o acesso mais democrático desta colabora não apenas com o reconhecimento dos problemas da comunidade, mas também com a formação da identidade do território e sentimento de pertença a ele.

O trabalho destas mulheres no território da Rocinha deixa ainda mais em evidência a necessidade de um urbanismo que leve em conta as especificidades de gênero. O desenvolvimento desta pesquisa me levou a apurar ainda mais um outro caminho de olhar as cidades, que enxerga e valoriza ainda mais a camada presente no território que mostra a luta feminina. As marcas da participação comunitária deixadas pelas mulheres tornam a favela um lugar carregado de coletividade, pertencimento e identidade. Segundo bell hooks, o feminismo negro e das minorias, tem íntima associação com esta coletividade, que tem poder de reconfigurar o território.

> "Ao sugerir que a luta feminista pode começar de qualquer lugar onde a mulher esteja, instituímos um movimento que foca em nossa experiência coletiva e que conta sempre com apoio de massa" (hooks, 2019, p. 60)

Aqui cabem as palavras de Magda, quando contou que sua relação com a favela é de gestação:

> "A sensação de mulher de favela é de gestar, de útero, de se entender como se pudesse dar sequência para esse lugar, de florescer esse lugar e fazer com que outras meninas entendam que também podem modificar esse lugar. A possibilidade de ser uma parte do eixo da mudança." (Magda Gomes, 10/01/2022)

Territorialidade feminina é o sentimento que a mulher de favela imprime no lugar, na Rocinha, de que a favela é prosperidade e conhecimento, além de todas as características negativas que se insiste em veicular na grande mídia. Com o cuidado de não "romantizar" a favela, observar a territorialidade feminina é notar as nuances da presença de uma mulher que prospera e resiste *além*, que se enxerga eixo de mudança no meio da ausência, às vezes enfraquecendo, mas jamais desistindo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

6

Referências Bibliográficas

ABLA, M. M. **Gênero e produção de habitação social: uma perspectiva para o projeto urbanístico a partir do pensamento de Elizabeth Denby, Carmen Portinho, Margarete Schutte-Lihotzky e Catherine Bauer.** 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

AGREST, D. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. In: NESBITT, K. (org) **Uma nova agenda para a arquitetura:** Antologia teórica (1965-1995). São Paulo, Cosac Naify, p. 584-598, 2008.

ATHILA, D. Oito Anos Da Lei Que Ampara as Mulheres. **VIVAFAVELA**, 2011. Disponível em: <http://vivafavela.vivario.org.br/560-oito-anos-da-lei-que-ampara-as-mulheres/>. Acesso em: 5 Nov. 2020.

BERTH, J. **O que é empoderamento?**. Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

BUTLER, J. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre a fenomenologia e teoria feminista. 1998. *In*: HOLLANDA, H. B. de. (org.) **Pensamento Feminista:** Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 213-230.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. 2003. *In*: HOLLANDA, H. B. de. (org.) **Pensamento Feminista Brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 271-289.

CAVALCANTI, R. A. **Corpos reinventados:** a questão dos gêneros em Freud. Dissertação (Mestrado) - Psicologia, Recife: UNICAP, 2009.

COMELLI D., T. C. **Participação como jogo de cartas.** 2021. 360p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2021.

COSTA, M. B. C. da. **A Rocinha em construção:** A história social de uma favela na primeira metade do século XX. 2019. 254p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

COUTINHO M. da SILVA, R. "Contextualização histórica do processo de urbanização de assentamentos precários no Brasil." In: ALVIM, Angélica. T. B; RUBIO, Viviane M (orgs.). **Sustentabilidade em projetos para urbanização de assentamentos precários no Brasil:** contexto, dimensões e perspectivas. São Paulo: Editora Manole, 2022.

COUTINHO M. da SILVA, R.; SOBREIRO e C.; F. **O papel das mulheres nas ações solidárias na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro, em tempos de pandemia**. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 63-77, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n1p63-77.

COUTINHO M. DA S., R. Risco e Vulnerabilidade na Pacificação das Favelas Cariocas. In: COUTINHO M. DA S., R. (org). **Desafios Urbanos para a Sustentabilidade Ambiental nas Cidades Brasileiras**. 1.ed. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2012, v. 1, p. 52-62

COUTINHO M. da S., R. A urbanidade na cidade contemporânea entre fronteiras e trincheiras, In: SILVA. Rachel Coutinho M. da. (org.), **A Cidade pelo Avesso:** desafios do urbanismo contemporâneo, Rio de Janeiro: Viana&Mosley/PROURB, 2006, pp. 23–40.

CRUZ HERNÁNDEZ, D. T. 2017. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. Solar, vol. 12, n. 1, p.35-46.

CUNHA, J. B.; VALLADARES, L. DO P.; MESQUITA, W. A. B.; SILVA, L. S. DA. **Encontros com Licia do Prado Valladares:** biografia, trajetória acadêmica e reflexões metodológicas sobre o seu trabalho de campo na Rocinha em 1967-1968. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, n. 44, 2 abr. 2019.

DOSSIÊ MULHER 2019. **Instituto de Segurança Pública.** Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br:4434/Mulher.html> Acesso em: 27 ago. 2020.

FALA ROÇA. **Sem a conclusão do PAC 1, Governo do Rio quer iniciar o PAC 2 na Rocinha**. 2018. Disponível em: <https://falaroca.com/sem-a-conclusao-do-pac-1-governo-do-rio-quer-iniciar-o-pac-2-na-rocinha/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FALA ROÇA. **Mulheres sem renda são as mais afetadas pela pandemia na Rocinha.** 2020. Disponível em: < https://falaroca.com/mulheres-afetadas-pandemia-rocinha/ > Acesso em: 23 dez. 2021.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas. Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), Florianópolis, v. 12, n.1, p. 47-72, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, A. A. (Org.). **A democratização no Brasil: atores e contextos.** Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap. 6, p. 163 - 203.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de Daniel Defert. São Paulo: Edições: n-1, 2013.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era 'pós-socialista'. **Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP.** n.15. p.231-239, 2006.

HAESBAERT, R. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra)**: contribuições decoloniais. Revista GEOgraphia, Rio de Janeiro, v.22, n.48, 2020, p.76-90.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

_____. **Territórios e multiterritorialidade**: um debate. Revista GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano IX, n.17, p.19-45, 2007.

HARVEY, D, **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**. n.53, p.73-89, 2008.

HOLLANDA, H. B. de. (org.) **Pensamento Feminista:** conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, b. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

_____. **Teoria Feminista:** da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019a.

_____. **Erguer a voz***:* pensar como feminista, pensar como negra. 1.ed. São Paulo: Elefante, 2019b.

_____., b. **Intelectuais negras.** Estudos Feministas. Florianópolis ano 3 n.2, p. 464-478, 1995.

IBGE. **Censo Demográfico**. Brasil, 2010.

LAQUEUR, T. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará: 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Nebli, 2016 [1968].

_____. **A revolução urbana**. 3ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1970].

LIMA, R. K. De.; MELLO, M. A. da. S.; FREIRE, L. De. L.. (Org.). **Pensando o Rio**: políticas publicas, conflitos urbanos e modos de habitar. 1ed. Rio de Janeiro: Intertexto, 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

LIMA NETO, N. F. **As recentes intervenções urbanas na Rocinha e a participação dos moradores nesse processo:** a experiência do grupo Rocinha sem fronteiras. 2015. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LISBOA, V. Mesmo com maior participação, negros ainda são 17,4% no grupo dos mais ricos. **Agência Brasil**, 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/negros-aumentam-participacao-entre-os-1-mais-ricos-no-brasil>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LOPES, C. A participação das mulheres na construção da Rocinha. *In*: **A participação das mulheres na construção do território**: Rocinha e Horto. 2018. Disponível em: https: //mulheresrocinhahorto.blogspot.com.br/ Acesso em: 11 nov. 2021.

MAYORGA, C. Juventude e participação. In: MOURA, M. A (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária:** concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011.

MEDEIROS, L. Os contextos e o processo de inclusão das reivindicações dos movimentos de mulheres e feminista na agenda governamental. In: Luciene Medeiros. (Org.). Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. 02ed.Rio de Janeiro: Letra Capital : PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2018, v.01, p. 27-46.

MOTTA, M. S. da. **Saudades da Guanabara**: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975). Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000, p.55-102

MOURA, M. A. Cultura informacional, redes sociais e lideranças comunitárias: uma parceria necessária. In: MOURA, M. A (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária:** concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG / PROEX, 2011.

MUSEU SANKOFA. **Linha do Tempo – Memória Rocinha**. Disponível em: http://memoriarocinha.com.br/linha-do-tempo/. Acesso em: 27 ago. 2020.

NUNES, D. P.; DAMASCENO, P. **As Políticas Públicas para Mulheres no Brasil:** avanços, conquistas e desafios contemporâneos. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

NUNES, N. R. de A. **Mulher de favela:** a feminização do poder através do testemunho de quinze lideranças comunitárias do Rio de Janeiro. 2015. 230p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

PAC. **Censo Domiciliar**. Brasil, 2009.

PAC. **Rocinha: plano de desenvolvimento sustentável**. Brasil, 2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

PASTERNAK, S. A favela que virou cidade. In: VALENÇA, M. M. (ed/org) **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, p.73-308.

SABREN. **Sistema de Assentamentos de Baixa Renda**. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540> Acesso em: 27 ago. 2020.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na sociedade de classes** – mito e realidade. 3.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. 1.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. 1986. *In*: HOLLANDA, H. B. de. (org.) **Pensamento Feminista:** Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 49-80.

SEGALA, L.; FERREIRA, T.; e UNIÃO PRÓ-MELHORAMENTOS DOS MORADORES DA ROCINHA (org.). **Varal de lembranças**: histórias da Rocinha. Rio de Janeiro: Editora Tempo e Presença/SEC/MEC/FNDE, 1983.

SILVA, M. L. P. da. Favela: É geral? É particular? É urbano?. In: SILVA, J. de S. (org.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, p. 30-35, 2009.

TABAK, B. **Maior favela do país, Rocinha discorda de dados de população do IBGE**, G1. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2011. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/12/maior-favela-do-pais-rocinha-discorda-de-dados-de-populacao-do-ibge.html. Acesso em: 26 ago. 2020.

TAPAJÓS DE FATO. **A importância dos líderes comunitários em seus territórios.** TAPAJÓS DE FATO. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/271/a-importancia-dos-lideres-comunitarios-em-seus-territorios>. Acesso em: 22 Mar. 2022.

TAVARES, R. B. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero.** 2015. 230p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

VIGARIO, S.; SOZINHO, J.; PINTO, P.; SOUZA, H.; SANTOS, A.; DIAS, D. **Direito à cidade e ao direito da favela: relações mútuas de formação e adaptação.** Revista CESUMAR, v. 25, n. 2, p. 307-327, 2020.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

Anexo I – Entrevistas Semiestruturadas

MULHERES EM MOVIMENTO: Territorialidade, participação comunitária e práticas de resistência na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado – Fernanda Sobreiro

Planejamento do roteiro orientador para entrevistas

Dados pessoais
Nome:
Idade:
Escolaridade:
Religião:
Como se autodeclara:

Conte um pouco sobre você...

1- Qual o seu nome?
2- Você nasceu na Rocinha?
   Se sim: Se mudou dentro da favela? Sente que há um senso de comunidade onde você mora?
   Se não: Quando chegou na Rocinha? Desde que chegou, sente que há um senso de comunidade onde você mora?
3- O que você mais lembra da sua infância, da escola, de como passava o tempo...
4- E hoje, com quem você mora? (Como é a relação em casa?)

Sobre se tornar a relação com o território da favela:

1- Como é a sua vida na favela? As maiores dificuldades, ausências...
2- Como divide seu tempo entre trabalho/família/participação comunitária?
   Se tem filhos: Quando você sai, quem cuida/cuidava dos seus filhos? (para trabalhar/para participar de atividades da comunidade)
3- Então você conta com a colaboração da sua família?
4- Quais são os projetos de vida que já conseguiu realizar dentro da favela? Tem vontade de sair?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA

5- Quando sai da favela (para trabalhar, para lazer) sente que carrega o estigma do território? Já sofreu algum preconceito por morar na favela?
6- Andando dentro da favela, se sente segura? E em outros bairros/lugares?

Sobre a participação comunitária:

1- Como começou? O que a levou a querer participar de um movimento (político, social ou projeto não específico, dependendo da pessoa entrevistada)
2- Como sua vida mudou, positiva ou negativamente, ao se envolver com a participação comunitária?
3- Como você se sente sendo uma mulher que é referência na sua comunidade (rua, bairro, igreja, ou meio político)? E como acha que as pessoas veem essa posição?

Sobre ser mulher...

1- Quais os tipos de preconceitos lembra de ter sofrido por ser uma mulher? (E por ser uma mulher negra/empregada/nordestina/outros)
2- Pra você, o que significa ser mulher?
3- E o que significa ser mulher no território da favela?
4- Você tem consciência da influência, poder transformador, que tem na sua comunidade?
5- De quais maneiras você ainda gostaria de usar essa influência transformadora para mudar a favela?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 2011625/CA